

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 18 DE OUTUBRO DE 2012

NÚMERO 6.475

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Edison Andrino

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 098ª Sessão Ordinária realizada em 10/10/2012.....2 Ata da 099ª Sessão Ordinária realizada em 11/10/2012.....11</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência..... 18 Atos da Mesa DL 18 Atos da Mesa 18</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....20 Aviso de Licitação21 Extratos21 Ofício21 Portarias21 Projetos de Lei22</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Ângela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Aborda o desempenho do PT nas últimas eleições.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se às eleições em Blumenau.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pela campanha à prefeitura de Blumenau.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se às últimas eleições municipais.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Comenta o movimento dos servidores da saúde; aborda o Outubro Rosa.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se às eleições municipais; refere-se à Guerra do Contestado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz um balanço das eleições municipais; comenta as dificuldades para conseguir licenças ambientais.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Aborda as eleições municipais; comenta a queda da receita do Fundo de Participação dos Municípios.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a necessidade de investimentos na área da criança e do adolescente.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Defende o fortalecimento do Fundo de Infância e Adolescência.

Explicação Pessoal

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Faz uma avaliação do resultado das eleições municipais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os srs. parlamentares, sr. presidente, todos que acompanham esta sessão. Não poderia deixar de fazer referência ao processo eleitoral que ainda não foi concluído, mas sobre o qual no dia de ontem vários parlamentares desta Casa se manifestaram. Gostaria de fazer algumas observações em relação ao partido que represento e também sobre alguns apontamentos que me parecem cabíveis neste momento.

Inicialmente, quero destacar que Santa Catarina ficou entre os estados que

obtiveram o maior crescimento percentual de prefeitos do PT no país. Foi um crescimento de 28,6%, o dobro da média nacional. Portanto, o PT no estado de Santa Catarina cresceu bem mais do que em nível nacional.

Percentualmente também o estado ficou com 15,15% acima da média nacional, que foi de 11,21%.

O PT ainda é o terceiro maior partido no Brasil e o quarto em Santa Catarina. E nessa eleição de 2012, se compararmos com a eleição de 2008, passamos de 35 para 45 prefeitos do PT eleitos. Também tivemos um aumento considerável no número de vereadores. Em 2008 tínhamos 237 e em 2012 passamos para 308; de 23 vereadoras eleitas em 2008 para 42 vereadoras do PT eleitas em 2012; 30 vice-prefeitos eleitos, sendo que oito são mulheres.

Do ponto de vista regional, talvez nos chame a atenção onde está a maior força do nosso partido. A deputada Ana Paula Lima pode nos ajudar a confirmar. No oeste tínhamos 22 prefeitos, passamos a 24 municípios, portanto, crescemos dois municípios.

No meio-oeste tínhamos duas prefeituras e vencemos em mais duas, portanto, temos um total de quatro; no sul passamos de três prefeituras para cinco; no litoral mantivemos uma; no vale do Itajaí três; no alto vale de Itajaí de quatro para seis e no planalto norte temos, pela primeira vez, dois prefeitos, um em Mafra e outro em Porto União.

Portanto, tivemos um crescimento que diria satisfatório do PT no conjunto do estado, e o partido com o qual mais coligamos foi o PMDB, deputado Elizeu Mattos, a exemplo de Lages onde o PT apoiou o PMDB sem ter nenhum cargo na majoritária.

Em Chapecó, apesar das condições adversas e da derrota eleitoral, o PT saiu, em nossa avaliação, com uma vitória política aumentando o teto, pois em 2008 de 35 mil votos passou para 45 mil votos, sendo que o nosso adversário tinha a maioria dos partidos na sua coligação e diminuiu seis mil votos.

Dessa maneira, a avaliação que temos é de uma campanha politicamente correta e, mais do que isso, o resultado comprovou o crescimento do PT em nossa cidade. Assim, o PT de Santa Catarina totalizou 515 mil votos. Então, esses números todos nos levam a fazer uma reflexão. É claro que cada parlamentar tem uma análise muito positiva da sua atuação no seu partido, e isso é legítimo também.

Mas quero fazer referência também a alguns aspectos que penso ainda não foram discutidos nessa eleição, deputado Ismael dos Santos, e que me preocupa muito, como o resultado desse processo. Esse debate está muito mais em número de prefeituras. Mas acredito que esse não é o debate central, onde quero chegar com essa análise.

Primeiramente, as eleições estão cada vez mais profissionalizadas, e perguntamos qual o custo dessas campanhas e quem paga esta conta, deputado Elizeu Mattos? Ontem falávamos sobre custos milionários em municípios de poucos eleitores, custos absurdos. Quem está pagando essa conta? A que custo para o eleitor? A que custo para a sociedade? Em segundo lugar, qual é o papel das pesquisas eleitorais quando

institutos consagrados erram feio como em Blumenau, São Paulo e Florianópolis? Em Chapecó, para termos uma ideia, havia carros dizendo que iam dar uma tunda no PT. O nosso adversário anunciava 30% de diferença, deputada Ana Paula Lima, e a diferença que anunciavam era de 28% a 58%, e o nosso deputado Pedro Uczai fez 48%.

Portanto, o valor foi muito diferente de 28%.

O terceiro ponto que quero abordar é com relação à timidez no número de mulheres eleitas em Santa Catarina. É lamentável porque, mais uma vez, a história se repete e quem sente esse poder estrondoso na hora da eleição são as mulheres porque não estão preparadas para enfrentar campanhas milionárias e com tamanha estrutura, profissionalismo e aparato.

O quarto ponto é que cada vez mais os projetos não se diferenciam, deputado Sargento Amauri Soares. Parece que são todos iguais. Todos querem as mesmas coisas, e na prática sabemos que não é assim. Todos estão do lado do governo de Dilma Rousseff, todos querem fazer creches, todos querem fazer moradia, todos querem diminuir a desigualdade social, todos são iguais. Isso se mistura e até me pergunto se é bom ou ruim que isso aconteça.

O eleitor, nesse processo, deve imaginar: "Como todos são muito semelhantes, vou votar em quem tenho alguma vantagem pessoal!" Isso acaba motivando muito o voto do nosso leitor.

Por último, quero fazer menção também aos poderes constituídos, como Tribunal de Justiça, Ministério Público. Até que ponto estes Poderes e a própria Segurança Pública têm condições de fato de coibir a compra de votos? Não acredito que as campanhas contra a corrupção, contra a compra de votos surtam o efeito necessário para coibir e para conscientizar o nosso eleitor.

Nos últimos dias, para ser mais exata no último dia, na cidade em que tenho residência, houve jantares, festas. Postos de gasolina e mercados que nunca abriram mais do que dez horas passaram a funcionar 24 horas. E aí perguntamos se esse modelo de democracia representativa de fato é sério e suficiente tal qual se apresenta. É verdade que sempre ganha o melhor? Será que ganha o melhor ou aquele que às vezes tem a maior estrutura? São perguntas que gostaria de fazer para que não fizessemos uma leitura muito superficial e simplesmente realizássemos a festa da democracia.

Quem vai às ruas sabe que a nossa democracia ainda é muito superficial. E vai depender da atuação, do controle social e do processo educativo que precisa ser desenvolvido e que também deve combinar com a tão falada reforma política que, tenho certeza, com os atuais parlamentares do Congresso Nacional, não sai. Reforma constituinte somente sai se houver uma constituinte com essa deliberação única e exclusiva, porque não mexe com seus interesses.

Essa é a minha reflexão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e também pela Rádio Alesc Digital, e quem está aqui presente nas galerias desta Assembleia.

Hoje, nesta tribuna, peço licença para conversar com a população da minha cidade, da minha querida Blumenau.

Estou ainda emocionada com tudo o que vivemos nos últimos meses. Aceitei o desafio e a tarefa partidária, colocando meu nome à disposição para concorrer à prefeitura da cidade que eu tanto amo, e encerro esta jornada com o coração cheio de agradecimentos.

Para começar, se eu pudesse, agora, daria um abraço em cada uma das 53.903 mil pessoas que votaram na nossa candidatura, que acreditaram no nosso projeto e que torceram, até o último minuto, para que uma mulher chegasse, pela primeira vez, ao comando da nossa cidade. E também um agradecimento especial a todos os partidos da nossa coligação, que de uma forma muito inteligente, muito honesta, muito fiel, durante todos esses meses estiveram conosco em todos os bairros da nossa cidade, dialogando com a população.

Quero agradecer também pela valorosa e inseparável militância do Partido dos Trabalhadores; todos os homens e todas as mulheres que colocaram seu nome para concorrer à Câmara.

Agradeço também ao jovem promissor e comprometido com o projeto que defendemos, João Alberto, nosso fiel candidato a vice-prefeito.

Então, realmente, neste domingo, dia 7 de outubro, com as pessoas que conversamos, tenho dito que há duas maneiras de olhar uma eleição: a primeira é simplesmente contabilizar o número de votos. A outra é perceber, avaliar um momento tão intenso, visceral, que provocou mudanças na nossa vida, nos que estão junto conosco, e também avanços na vida da nossa cidade.

Neste aspecto, minhas amigas e meus amigos, eu posso me considerar uma vencedora. Realizamos uma campanha bonita, alegre, com propostas claras para a vida da nossa cidade. Uma campanha e um plano de governo discutido com a nossa população em cada bairro da nossa cidade. Diagnosticamos problemas, apresentamos soluções para esses problemas. Entregamo-nos de corpo e alma e a nossa mensagem e o nosso projeto foram compreendidos por uma grande parcela da população de Blumenau.

E essa confiança, os votos depositados na urna, no último domingo, tem um significado, que como eu já disse, vai além do simples fato de ganhar ou de perder. São milhares de pessoas que estão conosco, que partilharam das mesmas ideias, que simplesmente acreditaram na nossa candidatura e são, realmente, merecedores do nosso carinho, do nosso respeito e do nosso agradecimento.

A construção dessa relação não começou agora e tampouco em alguns meses de uma campanha eleitoral. Essa é uma relação de uma vida de dedicação à minha cidade de Blumenau, a qual tenho orgulho de representar nesta Casa pelo terceiro mandato consecutivo.

E fico feliz em saber que justamente o trabalho do nosso mandato como deputada foi um dos motivos que fizeram com que a nossa candidatura tivesse tanta receptividade. E essa aceitação colocou a nossa candidatura na maior parte do tempo como a preferida do eleitorado de Blumenau.

E, hoje, todos me perguntam: O que aconteceu nos últimos dias? O que aconteceu é que temos que reconhecer - e lutamos muito por isso, pela democracia, pelo direito ao voto, pela escolha de um ou outro candidato, e na nossa cidade ainda não terminou o processo eleitoral - a soberania de um povo, o desejo de um povo, e me curvo a isso, agradecendo a todos aqueles que nos apoiaram. E a vida não termina apenas numa eleição, porque a vida continua, continua o nosso trabalho, com muito mais intensidade.

Nesse domingo, após o anúncio dos resultados das urnas, muitas cenas passaram pela minha cabeça, sim. Lembro-me dos rostos, das faces das pessoas, dos homens, das crianças que nos acolheram e deram ideias para implementarmos na prefeitura de Blumenau se o nosso projeto fosse efetivamente o escolhido. Com a sensação, senhoras e senhores, de dever cumprido, sem tristeza e muito menos mágoas, trago guardado no meu peito, na minha alma e no meu pensamento, cada olhar de expectativa e cada pedido de transformação. Sem mágoas, sem tristezas, porque Blumenau não merece isso. Blumenau merece muito mais. Blumenau merece o bom debate, deputado Ismael dos Santos, o debate de ideias, isso que é importante numa eleição, não acusações pessoais, debate de ideais, debate de problemas, apontando sempre soluções para esses problemas.

A minha responsabilidade, a do meu partido e de todos os partidos que compuseram a nossa coligação, só aumentou depois dessa eleição. Conheço ainda mais o potencial, a beleza, as qualidades que fazem Blumenau ser tão especial. Porém, com muita mais clareza, tenho o diagnóstico das necessidades de nosso povo, daquele povo que mora nos bairros, deputado Ismael dos Santos, que é tão sofrido e das demandas estruturais que precisam de respostas, sim, do próximo prefeito.

Portanto, reitero aqui, povo de Blumenau, que serei uma eterna aliada da nossa cidade, independentemente de quem irá governar a nossa cidade, vou ser aliada sempre, sempre defendendo a nossa gente. Vou ser aliada para que possamos enfrentar os desafios que ainda terão que ser enfrentados e os que estão por vir, e na busca de soluções para melhorar cada vez mais a qualidade de vida do povo blumenauense.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada Ana Paula Lima, não na mesma

proporção, mas já passei por essa experiência de disputar a prefeitura de Blumenau e ficar num terceiro lugar.

Mas quero parabenizá-la por sua desempenho, por sua determinação e v.exa. sabe muito bem disso porque fiz declarações públicas de que se o cenário do segundo turno fosse outro, poderíamos estar jogando no mesmo time.

Sucesso na caminhada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Ismael dos Santos.

Realmente, temos grandes desafios para o segundo turno nas eleições em Blumenau, espero que tenhamos clareza para escolher o melhor governante para a nossa cidade. Esta deputada, o nosso partido e os partidos da nossa coligação temos debatido bastante sobre esse assunto.

Mas aproveite também para, de uma forma muito clara, sem mágoas, sem tristeza, agradecer a todos da cidade de Blumenau que nos deram a oportunidade de ser candidato e fazer sempre o bom debate, o debate das ideias.

Aproveite também, sras. deputadas e srs. deputados, neste mês de outubro em que fazemos várias manifestações sobre o Outubro Rosa, deputada Luciane Carminatti, para alertar homens e mulheres sobre a necessidade do diagnóstico precoce do câncer de mama, que as mulheres andem com laço rosa para sempre lembrarem a outras mulheres a necessidade do diagnóstico precoce na prevenção do câncer de mama tanto em homens quanto em mulheres.

No Brasil, 30 mulheres morrem por hora vítimas, infelizmente, de câncer de mama. O número realmente é preocupante e por esse motivo, ao longo de todo o mês de outubro, Santa Catarina terá vários pontos turísticos, prédios públicos e privados iluminados com a cor rosa. Outubro Rosa simboliza a luta de todas as mulheres pelas ações que previnem ou que minimizam os efeitos do câncer de mama, um dos mais agressivos que temos no momento. Além da iluminação, as mulheres passam a utilizar um laço rosa na roupa, que igualmente simboliza a luta contra o câncer.

A história do Outubro Rosa remete à década de 20, quando o laço cor-de-rosa foi lançado pela *Fundação Sunsan G. Komen for the Cure* e distribuído aos participantes da primeira corrida pela cura do câncer de mama, realizada na cidade de Nova Iorque na década de 90. O movimento veio para o Brasil no ano de 2006 e no ano de 2008 a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mulher, iluminou oito monumentos no nosso país, alertando as mulheres brasileiras de que somente a mamografia é capaz de detectar pequenos nódulos.

Por isso, eu e todas as mulheres deputadas desta Casa temos feito um trabalho também para orientar todas as mulheres de Santa Catarina que prevenir é o melhor remédio. Temos que fazer o exame clínico, sim, mas é somente com a mamografia que vamos detectar os pequenos nódulos e prevenir essa doença que tem infelicitado muitas mulheres do nosso estado e do nosso país.

Então, é importante que a secretaria de estado e as secretarias municipais de todos os municípios alertem e deem o direito para

que todas as mulheres possam fazer a mamografia.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital e os que nos acompanham neste plenário nesta tarde de quarta-feira.

Esse meu pronunciamento não poderia ser num horário mais propício do que este depois do pronunciamento da deputada Ana Paula Lima, a quem quero parabenizar pela candidatura em Blumenau, que infelizmente não teve o resultado esperado, mas quero parabenizá-la principalmente por estar aqui tão poucas horas depois, já estava desde ontem, com tranquilidade suficiente para continuar seu mandato de deputada estadual representante também do povo de Blumenau, com essa tranquilidade, com seu laço rosa da sua ou da nossa campanha Outubro Rosa no combate ao câncer de mama.

Parabenizo v.exa. pela campanha e pela tranquilidade e a clareza política com que encara cada situação, inclusive as adversas.

Também depois da fala da deputada Luciane Carminatti, que fez aqui uma reflexão com a qual comungamos muito. Aliás, comungamos cada vez mais desta mesma concepção de que a nossa democracia representativa está - a palavra é pesada, mas não encontro outra melhor - corrompida, inclusive pelo poder econômico e pelas horrorosas práticas políticas.

Lembrei-me também que na data de hoje, na cidade de São José, talvez a menos de um quilômetro de onde residio, um grupo de famílias ocupou uma área, não sei exatamente onde é, mas provavelmente um terreno público, porque era promessa de certo candidato que se ele fosse reeleito eles ganhariam aquela terra. O resultado da eleição foi outro, mas as pessoas tinham a promessa, foram lá e ocuparam. Disseram-me que chega a mil famílias, o que não acredito, mas por certo centenas de policiais militares foram lá hoje para desocupar a área. Ou seja, as pessoas necessitadas, as pessoas pobres, as pessoas que não têm moradia digna, as pessoas que não têm direitos elementares assegurados pelo estado, acabam sendo vítimas do crime eleitoral, da pouca vergonha política instituída.

Quero fazer uma análise mais suave, mas esse episódio, sobretudo, juntamente com outros, evidentemente faz com que qualquer pessoa que reflita sobre ele se indigna. Houve a eleição e ainda haverá o segundo turno. Eu já sabia, desde o mês de junho, que a minha posição política seria derrotada nesta eleição, até porque não havia projeto em debate.

Os companheiros praças, candidatos a vereador nas mais diversas cidades, inclusive, eram dos mais diferentes partidos.

Portanto, mesmo que todos fossem eleitos, deputada Ana Paula Lima, ainda assim

não poderíamos comemorar a vitória porque o projeto, com certeza, levaria a uma difusão da própria organização e da própria estrutura hoje colocada.

Mas existem, sim, motivos para nos alegrar. E aí como obrigação, já que estou deputado e estou pelo PDT, as duas coisas estão e não são, sinto que é minha obrigação passar o relatório.

O PDT tinha duas prefeituras, aliás, tem, administrará duas prefeituras até o dia 31 de dezembro deste ano, e administrará sete prefeituras a partir de janeiro do ano que vem. E cito a cidade de Bombinhas, onde venceu a pedetista Ana Paula da Silva; na cidade de Calmon, venceu a pedetista Ivone Mazutti de Geroni; na cidade de Correia Pinto, foi reeleito Vânio Foster; em Lagedo Grande, foi eleito o pedetista Valmir Locatelli; em Major Gercino, também o pedetista e nosso amigo João Davi; em Otacílio Costa, o Luiz Carlos Xavier, e em Seara foi reeleita a Laci Grígolo. Em percentual de prefeituras, de mulheres eleitas, deputada Luciane Carminatti, eu ganhei, quase 50% das prefeituras que serão administradas pelo PDT serão mulheres. Há quatro anos eu disse que era 50%, porque eram duas, em uma prefeitura um homem e em outra prefeitura uma mulher, agora, de sete prefeituras, três serão administradas por mulheres. Está bom, porque ainda estamos acima da cota mínima.

Mas quero parabenizar os companheiros, os vices-prefeitos, os partidos, a companheirada que trabalhou na campanha, lamentar as derrotas que tivemos, e tivemos algumas doloridas, deputada Ana Paula Lima. A respeito de eleição, gostei muito do que me disse alguns anos atrás o ex-senador e candidato a governador Jaison Barreto: "Não está falando a verdade alguém que diga que só teve vitória em eleição", porque todo mundo que concorre a uma eleição tem mais derrota do que vitória, pois para se eleger um vereador precisa-se de vários candidatos, para se eleger um deputado precisa-se de vários candidatos.

Então, temos visto choro e ranger de dentes das pessoas simples e humildes que acreditam e passam meses sonhando com a perspectiva de mudar a realidade de uma cidade, a história de uma cidade, a política de uma cidade e que na maioria das vezes não dá certo. A maioria das vezes não dá certo! E quem está aí para participar tem que apreender e acostumar com essa dura realidade pelos motivos colocados, inclusive, pela deputada Luciane Carminatti, a profissionalização, o esquema, a estrutura, o poder econômico, e por que não dizer a compra deslavada mesmo de votos.

Meus candidatos mais conhecidos nas cidades importantes, praças candidatos, praticamente todos foram derrotados, isto precisa ser analisado e pensado, mas mesmo se todos vencessem como falei, mesmo assim não daria para comemorar vitória. Ah, mas aqui na capital eu recebo parabéns de deputados de outras regiões do estado, de servidores da Assembleia Legislativa, de militantes, de pessoas do povo caminhando pelo centro da cidade que dizem: "Parabéns, deputado Sargento Amauri Soares, o PDT da capital elegeu quatro vereadores". Parabenizo o PDT da capital, os quatro que foram eleitos, e cito os nomes, porque os conheço, e também tenho

muito respeito por eles: o Thiago Silva, que é uma pessoa que merece o nosso aplauso, foi o mais votado na capital; o Marcelo Fernando de Oliveira; o Vanderlei Farias; Valdívio da Costa Paixão, coronel Paixão da Base Aérea, com este falei uma vez apenas quando esteve nos visitando. Parabéns a todos, tomara que sejam felizes.

Mas vamos falar franco nesta tribuna, como eu tenho falado, estes vereadores eleitos pelo PDT não têm mais de um ano e um mês de filiação no PDT. O primeiro suplente, sim, é histórico no PDT, o professor Felipe, mas é o primeiro suplente, os quatro vereadores eleitos entraram no PDT numa discussão política, que tem como perspectiva a eleição para governador de 2014, por incentivo e projeto político do atual e ainda prefeito de Florianópolis, Dário Berger.

Então, o líder desse movimento chama-se Dário Berger, não PDT, e muito menos o deputado Sargento Amauri Soares, embora eu parabenize todos como já o fiz, e vale o mesmo para São José que elegeu um e é desse mesmo projeto de 2014; na Palhoça elegeu dois e são também do mesmo projeto para 2014, nas outras cidades não posso dizer porque não sei até onde esse projeto já chegou. Existem fatores positivos, é evidente, e vou citar: a eleição de dois vereadores de esquerda em Florianópolis, o professor Lino Peres, arquiteto da UFSC, e Afrânio Boppré, pelo PSOL.

Digo somente isso e não preciso completar para quem está aqui refletindo sobre tudo que estou falando: o próximo prefeito da capital terá que se acertar, terá que acertar o passo porque esses dois companheiros na Câmara Municipal mostrarão outro horizonte possível para a cidade, para além dos 34 mil votos que o candidato até então pouco conhecido na cidade, Elson Pereira, do PSOL, recebeu para a esquerda na capital.

Voto em São José, mas votei no n. 50. Em São José, sr. presidente, votei no n. 50 para vereador e no n. 50 para prefeito, mas não conheço as pessoas. Se encontrá-las na rua, talvez não saiba quem são, somente o desenho no panfleto. E se votasse em Florianópolis, teria feito a mesma coisa. Para o segundo turno penso da mesma forma: os dois candidatos em Florianópolis, em Blumenau e em Joinville têm o mesmo DNA. Podem ser diferentes, mas têm o mesmo DNA e a minha posição está mantida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, geralmente falo sobre um único assunto, mas hoje vou abordar rapidamente três assuntos diferentes.

Primeiramente, quero manifestar o meu apoio à justeza do movimento reivindicatório dos servidores públicos da saúde do estado de Santa Catarina. As solicitações de aumento salarial, de melhores condições de trabalho, de melhor infraestrutura nos hospitais e contratação de mais servidores para a saúde

são reivindicações mais do que certas, como também o impacto da redução da hora plantão que afeta até 75% dos salários da categoria.

Como os servidores públicos estão certos desse movimento, concederam agora um prazo de 15 dias ao governo do estado, dando a ele um voto de confiança, aguardando que o bom senso prevaleça e que sejam anunciadas as medidas em favor dos servidores públicos do município.

A humanização, que é uma das principais metas da saúde para os pacientes, tem uma avenida de mão dupla. Nós queremos que os trabalhadores da saúde, que os profissionais da saúde atendam com humanidade, mas eles também têm que receber um tratamento humano por parte do governo do estado e por parte de todas as pessoas que buscam o atendimento.

Em segundo lugar, quero fazer uma referência ao Outubro Rosa e parabenizar esta Casa, a Assembleia Legislativa, que, através da nossa bancada feminina, deputada Ana Paula Lima, propôs aderir a esse movimento que faz parte da luta contra o câncer de mama em Santa Catarina, no Brasil e no mundo.

Na verdade, o Outubro Rosa é um mês de conscientização sobre o câncer de mama. Sabemos, infelizmente, que esse problema nos afeta dramaticamente, segundo dados da própria Associação Brasileira de Portadores de Câncer. E a minha querida amiga Leonir Margarida Sim, que é uma vencedora contra esse problema do câncer, ano passado me acompanhou na reunião da ONU que tratou do tema com relação às doenças crônicas não transmissíveis, sendo que o câncer é uma delas. Também participamos de uma caminhada, de uma concentração no Central Park, em Nova Iorque, com as entidades mundiais engajadas nessa luta.

Em Santa Catarina temos em torno de 16 mil casos de câncer de mama confirmados; pelo menos quatro novos pacientes por dia são registrados no estado; em Florianópolis são 130 casos e a cada três dias uma pessoa descobre que está com câncer de mama na nossa capital.

Então, para atender essas pessoas, o serviço público é essencial para o diagnóstico, mas as entidades também são fundamentais para a luta e prevenção dessa doença. E destacamos a Rede Feminina de Combate ao Câncer, que atende pessoas em mais de 60 unidades espalhadas pelo estado e também as encaminha para a realização de exames. Faço questão de destacar, mais uma vez, a Associação Brasileira de Portadores de Câncer, que é presidida pela sra. Leonir Margarida, nossa companheira de Florianópolis.

O câncer de mama é a neoplasia mais frequente entre as mulheres, totalizando mais de 1,2 milhões de casos novos por ano no mundo. Mais de 50 mil mulheres recebem diagnóstico de câncer de mama todos os anos no Brasil.

Gostaria de fazer menção ao fato de a nossa Casa ter aderido a esse movimento, inclusive com a iluminação rosa em várias dependências. Essa iluminação faz parte desse processo. E como diz minha outra querida amiga, dra. Senen Hauff, médica do nosso Cepom: "Iluminar significa jogar luz em um

assunto que tanto assusta as mulheres, mas cor-de-rosa sinaliza que esse medo pode ser amenizado através de exames para o diagnóstico precoce das mamas, a mamografia, realizada por médicos e enfermeiras”, afirma a oncologista. Inclusive, ela recomenda que todas as mulheres procurem uma unidade de saúde pelo menos uma vez por ano para realizarem o exame clínico das mamas, que deve ser complementado pela mamografia, conforme a idade.

Então, além das pontes Hercílio Luz, Colombo Sales e Pedro Ivo, da figueira da Praça XV, também esta Casa aderiu ao movimento com a iluminação rosa. Parabéns, então, a esta Assembleia Legislativa.

Para concluir, sr. presidente, em seguida ouviremos o pronunciamento do presidente da Associação Catarinense de Medicina e também do presidente do Conselho das Entidades Médicas do nosso estado, em comemoração ao Dia do Médico que é dia 18 de outubro. Dentro da semana dessas comemorações, as entidades médicas vêm aqui se manifestar por uma das grandes lutas que participam junto com esta Casa, que é do movimento nacional por mais verbas na saúde, no sentido de que 10% do orçamento nacional, 10% dos recursos brutos, 10% dos impostos arrecadados pela união sejam destinados para a saúde, para que possamos realmente dar conta das grandes responsabilidades e encargos que o SUS tem em todo o Brasil por conta do governo federal, dos estados e dos municípios.

Portanto, agora, teremos a fala do presidente da Associação Catarinense de Medicina, dr. Aguiel José Bastian Junior, e do representante do Conselho Regional de Medicina, e, em seguida, será concedida uma entrevista coletiva, na sala de imprensa desta Casa, sobre o papel do nosso estado no movimento nacional pelos 10% para a saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Por acordo de lideranças, convidamos para fazer uso da palavra o sr. Aguiel José Bastian Junior, presidente da Associação Catarinense de Medicina, que falará sobre o movimento nacional por mais recursos para a saúde, Saúde+10, e fará menção ao dia do médico, comemorado no dia 18 de outubro.

Esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, os 16 minutos do horário serão divididos entre mim e o deputado Manoel Mota.

Sra. presidente Ana Paula Lima, sras. deputadas, srs. deputados e comunidade catarinense, ainda vivemos um momento eleitoral. Temos três cidades importantes no

cenário catarinense para decidir as eleições: Blumenau, Joinville e Florianópolis. Temos certeza de que essas cidades ainda não decidiram os seus destinos. Nós, certamente, como deputado, fizemos a nossa parte no planalto norte, uma vez que lá fizemos uma grande eleição. E agradecemos a comunidade do planalto norte, bem como aos companheiros que lutaram, que se dedicaram e que deram os rostos para bater nas eleições: candidatos a vereadores, a prefeitos, a vice-prefeitos, enfim, essa comunidade que lutou durante as eleições.

Mas, hoje, quero me reportar ao fato histórico mais importante de Santa Catarina, em minha opinião. O centenário da Guerra do Contestado é, sem dúvida, o fato histórico mais importante para os catarinenses e para o Brasil.

Nós não tivemos um Euclides da Cunha em Santa Catarina, que fez a divulgação da Guerra dos Canudos. Ele fez com que ela fosse divulgada amplamente no Brasil e no mundo. Tivemos, sim, a Guerra do Contestado, em que mais de cinco mil pessoas morreram. Portanto, o fato histórico mais importante do Brasil é a Guerra do Contestado, sendo que pela vez primeira foi usado um avião em termos militares na guerra.

Quero dizer a v.exas. que a Semana do Contestado será comemorada do dia 20 a 27 de outubro. E nós, como deputado estadual, já na legislatura passada nos preocupamos com a história de Santa Catarina, a história da Guerra do Contestado, fazendo com que a bandeira do Contestado fosse lei. E hoje a bandeira do Contestado é sem dúvida nenhuma uma lei importante no estado de Santa Catarina.

Na sessão especial do dia 16 de outubro vamos fazer com a história de Santa Catarina seja lembrada e comemorada. Cem anos da Guerra do Contestado. É um momento para refletirmos, pensarmos e darmos valor às nossas raízes, à nossa vida do passado. A guerra que se desenvolveu de 1912 a 1914, foi uma guerra sangrenta, sim. Uma guerra cujo principal motivo foi a construção da ferrovia, juntamente com o envolvimento messiânico de João Batista. Temos certeza de que o monge João Maria foi uma das pessoas messiânicas importantes na Guerra do Contestado.

Essa história bonita será comemorada no dia 16 de outubro, numa sessão especial, onde todos os municípios que tiveram envolvimento na Guerra do Contestado estarão presentes aqui na Assembleia Legislativa e serão homenageados fazendo com que façamos a nossa parte nessa grande homenagem à Guerra do Contestado. Vamos homenagear nossos escritores, as pessoas que foram envolvidas na Guerra do Contestado com a apresentação de um teatro folclórico neste plenário, representando a Guerra do Contestado.

Quero reafirmar aqui o convite a todas as pessoas que têm envolvimento com a história de Santa Catarina, com a Guerra do Contestado para o dia 16 às 19h.

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ontem foi um dia importante para o partido quando aqui estiveram o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, João Mattos e Paulo Afonso, para fazer um balanço das eleições municipais de 2012.

Evidentemente as dificuldades de todos os partidos foram muitas, não adianta negar, pois onde se pensava em ganhar, se perdeu, e onde se pensava em perder, se ganhou. Isso é democracia, isso é política.

Quero ressaltar que o PMDB teve um desempenho novamente extraordinário, obteve mais do que o dobro dos segundo colocados e vai disputar ainda nos três maiores municípios de Santa Catarina, que são Florianópolis, Joinville e como vice em Blumenau. Então, além de já ter mais do que o dobro dos segundo colocados, temos grandes prefeituras a serem disputadas.

O balanço é muito positivo, e sabemos perfeitamente que temos que continuar trabalhando muito para buscar resultados. É isso que a população quer, porque quando ela elege um político, um prefeito, um vereador, um deputado, um senador, um governador ou um presidente da República, é porque espera dias melhores naquela ação, ou seja, vou votar por dias melhores na minha região, vou votar porque tenho esperança de melhoria de qualidade de vida do povo. Esse é o grande objetivo da luta, do trabalho e da democracia construída com muito trabalho.

Então, a grande verdade é que esse é o momento de fazer uma reflexão, porque não dá mais para termos eleição de dois em dois anos. Nós nem pagamos nossas despesas da eleição passada e já entramos em outra eleição. Antes de ontem terminamos uma eleição e já temos que estar pensando na nossa, porque senão chegamos a outubro de 2014 e podemos até passar direto, em vez de parar, passa pela porta. Portanto, essa é uma questão muito difícil.

Então, acho que temos que fazer uma reforma política. Não é nem só uma reforma política, é uma reforma de poderes. Temos que fazer uma reforma política ampla para que as eleições sejam de quatro em quatro anos. O Congresso Nacional não pode pensar apenas neles, pois eles podem sair, disputar uma eleição nas capitais, e se não se elegerem, voltam para lá. Enfim, eles não podem pensar apenas neles, têm que pensar num todo. No caso, uma eleição de quatro em quatro anos vai ter um custo bem menor e vai levar bem menos tempo.

Portanto, quem tem um pouquinho de visão e quer ver o Brasil andar a passos largos pensa que as eleições têm que acontecer de quatro em quatro anos ou então, como querem na reforma, de cinco em cinco anos, sem reeleição. Esse é um bom caminho, temos que fazer alguma coisa já, não pode ser só em época de eleição para angariar voto.

É preciso reconhecer o trabalho do estado. Eu não fiz o levantamento, mas acredito que foram mais de 240 prefeituras

coligadas com o governo do estado. É um número muito grande, sim, e verdadeiro, quer dizer, todos os aliados do governo Raimundo Colombo chegam à marca de 240 prefeituras.

A política é um ato importante, é um ato democrático, é um ato da vontade popular, e precisamos respeitá-la como ela é, como também a vontade do povo, que é soberana.

Então, não fiz na minha cidade, mas fiz na cidade vizinha seis prefeituras de 15, no vale do Araranguá. Acho que está de bom tamanho. Tivemos em todo o sul do estado um bom desempenho. Acredito que o trabalho que fizemos foi compensado. Agora, precisamos trabalhar muito, e estamos pensando em eleição, mas precisamos pensar é na população, no desenvolvimento para a população.

Precisamos pensar que na semana que vem tenho que ir a Brasília para fazer o quê? Não é para buscar voto, não! É para buscar a liberação da licença ambiental da serra da Rocinha, na BR-285, pois o dinheiro já está caduco na conta, uma vez que havia no PAC emendas asseguradas pelo Fórum Catarinense. Depois houve o PAC 1, o PAC 2 e continua sem a licença ambiental, e só faltam 22 quilômetros de serra de Araranguá a Argentina para que tenhamos Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, chegando ao sul de Santa Catarina na minha cidade de Araranguá, e faz alguns anos que estamos esperando a licença ambiental.

Agora o presidente do Ibama assegurou que em 45 dias daria a licença da serra do Faxinal na BR-285, mas os 45 dias já venceram. Espero que ele não esqueça, mas de qualquer forma na próxima semana estaremos em Brasília.

A mesma coisa acontece com a serra do Faxinal onde faltam aproximadamente 15 quilômetros. Oito quilômetros já foram feitos e sete, por motivo de um processo de uma promotora em razão das pererecas - até o Lula fez um discurso sobre as pererecas -, essa obra parou. O dinheiro está depositado no BID, está assegurado, passaram-se um ano, dois, três, quatro e nada. Agora o presidente do Ibama assegurou que vai sair a licença, estamos aguardando. O presidente pediu três semanas, mas essas três semanas também já se passaram.

Então, é muito difícil no Brasil! Como disse o presidente do DNIT: "Não adianta o governo ter dinheiro, a área ambiental está impedindo as obras do governo federal, do governo estadual". Essas foram as palavras do general do DNIT. Isso é verdadeiro!

Estamos aguardando, pois quase morremos buscando recursos para a barragem do rio do Salto que é fundamental para a região. Agora, o que falta? Licença ambiental. Não adianta ter o dinheiro, pois não sai a licença, não sai a obra.

Tratei também, deputado José Milton Scheffer, da questão da barra do rio Araranguá. O Ibama chamou dizendo que iria fazer duas audiências públicas ainda em Araranguá, e eu disse: Essa audiência pública vai mudar o local onde tecnicamente foi determinado pelo projeto? "Não, não vai mudar." Vocês já fizeram uma, para que fazer mais audiência pública, se não vai mudar? Para que mais? Ele chamou os

técnicos e disse: "É verdade. Gostei da sua ideia e vamos acatá-la." Só que até agora também não aconteceu.

Então, é muito difícil! É muito difícil! Conquistamos, depois de um quarto de século, através de lutas, obras que são importantes, que são fundamentais para desenvolver toda a região e aí a licença ambiental está enterrando tudo isso. Aí não tem como desenvolver, o trabalho fica preso em questões ambientais.

Mas espero que dentro de poucos dias possamos ir a Brasília e buscar esses resultados que são fundamentais para desenvolver toda aquela região do sul de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, gostaríamos também, já com o encerramento do primeiro turno das eleições, de prestar a nossa homenagem, o nosso reconhecimento a todo o esforço da militância do Partido Progressista de Santa Catarina. Elegemos um expressivo número de prefeitos e prefeitas, construímos a segunda maior bancada de vereadores de Santa Catarina nesta eleição. O partido sai fortalecido do processo. Um partido que tem história, tem raiz neste estado e é reconhecido muito bem na gestão municipal.

Então, na qualidade de deputado estadual, quero prestar minha homenagem à militância e aos candidatos e candidatas do Partido Progressista e homenagear também todos aqueles que participaram do pleito, vitoriosos ou não, pois são pessoas que se colocaram à disposição da sociedade catarinense. Todos merecem o reconhecimento da sociedade. Infelizmente, o vencedor é apenas um, mas o fato de participar do pleito merece o nosso reconhecimento.

Quero, em nome de todos os eleitos deste estado, prestar homenagem ao Antônio Plínio de Castro, deputado estadual do nosso partido que até poucos dias estava aqui, eleito prefeito de São José do Cedro, bem como ao próximo prefeito de Jaraguá do Sul, ex-deputado Dieter Janssen, também vencedor, que orgulha a todos nós do PP por essa conquista.

Agora, dentro do mesmo tema, quero falar dos desafios a serem enfrentados pelos próximos prefeitos eleitos. Passam as eleições e vêm os compromissos para com a comunidade. Os próximos prefeitos terão desafios enormes pela frente, principalmente com a queda da arrecadação que vem acontecendo no país nos últimos anos, especificamente no quesito do Fundo de Participação dos Municípios. Esse é um desafio que os novos gestores terão que enfrentar. Fazer mais com muito menos.

Quero, aqui, também na qualidade de ex-presidente da Fecam, enunciar a preocupação com o aumento das atribuições que

estão sendo repassadas por projetos de lei para a esfera municipal. Os próximos prefeitos também terão dificuldades a serem enfrentadas na área da saúde, uma vez que os municípios têm a cada dia mais obrigações. O governo federal não assumiu o seu compromisso de colocar 10% do seu orçamento na Saúde, fugiu do compromisso da Constituição e agora nos obriga a todos, como sociedade, a aprovarmos um mutirão para construir um projeto de lei de iniciativa popular para resgatar um compromisso que já deveria ter sido, pela sensibilidade do governo federal, assinado e aprovado durante este ano para evitar que os municípios tenham mais um fardo a ser carregado pelos próximos prefeitos.

O funcionalismo também, juntamente com os encargos da saúde e da educação, tem ajudado a onerar ainda mais as folhas de pagamento, e isso se constitui num grande desafio aos próximos prefeitos que aí estão. Por isso, a Confederação Nacional dos Municípios vem travando uma mobilização permanente para chamar a atenção do governo federal, das autoridades federais com relação à crise financeira do Brasil inteiro. São mais de cinco mil municípios, destes, 43% estão em dificuldades.

Chamávamos a atenção para a mobilização dos prefeitos, que acontece hoje, em Brasília, com relação à queda de receita do FPM para todos os municípios de Santa Catarina.

São várias as causas que têm trazido dificuldades aos nossos municípios: a queda das receitas de transferência da união em razão da baixa atividade econômica, bem como também da guerra da política fiscal, da guerra fiscal, que hoje já consome alguns bilhões de reais dos estados brasileiros e também dos municípios que são vítimas.

O enorme volume de restos a pagar que o governo federal tem, somente com os municípios brasileiros, chega a R\$ 18 bilhões. Em Santa Catarina, os municípios têm mais de R\$ 1 bilhão a ser recebido da união em convênios assinados e em obras assinadas e não pagas pelo governo.

Muitos prefeitos de Santa Catarina terão suas contas rejeitadas no final do ano, por causa dessa questão. O governo federal não repassa os recursos dos convênios de obras já assinadas, deixando os prefeitos expostos à Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso tem deixado inquieta a Federação Catarinense dos Municípios, bem como todos os prefeitos. É uma das causas da marcha a Brasília.

A questão das leis federais que criam projetos, programas, na área da saúde, da educação, da assistência social, sem repassar os recursos, onerando ainda mais os cofres municipais. A saúde é um exemplo disso.

O programa Saúde da Família faz com que o governo federal, que é o criador desse programa, repasse apenas metade do custo para manter cada equipe, a outra metade é mantida pelos nossos municípios, tendo por isso que tirar dinheiro de outras fontes para honrar compromissos federais.

Na assistência social também não são diferentes os programas sociais. São parcerias, são subfinanciamentos.

Por isso, queremos chamar a atenção, nesta Casa, dos nossos pares, do governo federal, e manifestar o nosso apoio tanto à Fecam quanto à Confederação Nacional dos municípios por essa mobilização.

É preciso chamar a atenção dos próximos gestores, mas também olhar por aqueles que estão terminando seus mandatos e que precisam de, pelo menos, mais R\$ 3 bilhões em nível de Brasil para poder honrar as suas contas.

Por isso, sr. presidente, agradeço essa oportunidade, esse espaço e fica o nosso protesto, as nossas considerações com relação à situação financeira dos municípios catarinenses e brasileiros.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Quero, inicialmente, fazer uma saudação muito especial ao presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina, sr. Adilson Cordeiro e também a vice-presidente, Rúbia Magalhães, e em nome deles cumprimentar todos os contadores do estado, aliás, é o conselho que detém o maior número de profissionais de todas as profissões no estado.

Eles estiveram, hoje, pela manhã, aqui na Assembleia Legislativa, na comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual fazem parte o deputado Manoel Mota, a deputada Dirce Heiderscheidt, o deputado Sandro Silva, o deputado Valmir Comin e este deputado; para somar esforços para melhorarmos, aumentarmos os investimentos na área da criança e do adolescente.

Estamos saindo de uma campanha e aqui vejo, adentrando ao plenário, o deputado Elizeu Mattos e quero cumprimentá-lo e saudá-lo pelo seu brilhante desempenho durante a campanha e pela vitória na cidade de Lages. Cumprimento também todos os candidatos, cada um com suas propostas. E a proposta daquele que ganhou certamente será melhorada com as propostas dos outros candidatos que não se elegeram.

Então, o Conselho Regional de Contabilidade está somando esforços com esta Casa, com o governo do estado, para motivar e estimular a sociedade a destinar parte dos recursos do Imposto de Renda para o Fundo da Infância e Adolescência.

Todos nós assistimos à grande necessidade, à deficiência que existe na área da criança e do adolescente.

Quando o pai e a mãe trabalham fora, a criança que vai a aula pela manhã ou à tarde no contraturno muitas vezes fica sozinha, brincando na rua, porque próximo à sua casa

não existe nenhum equipamento para entretenimento nem espaço físico ou estrutura para acompanhar aquela criança no contraturno da escola. E muitas vezes a criança acaba aprendendo coisas ruins, porque a criança tem um potencial para aprender tudo, pois tudo que é ensinado ela aprende, tanto as boas como as ruins.

Então, se não nos adiantarmos em ensinar as coisas boas, passar bons princípios para elas, haverá aqueles que para o uso especialmente do tráfico de drogas e outros serviços acaba utilizando as crianças e os adolescentes para praticar o mal.

Assim, o Conselho Regional de Contabilidade vem se somar a esta Casa, à comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e também ao gestor do Fundo da Infância e do Adolescente, fundo estadual, que no caso em Santa Catarina é o padre Luís Antônio Caon, que está na secretaria de Assistência Social, sob o comando do dr. João José Cândido da Silva, secretário da Assistência Social. E tenho a certeza de que se conseguirmos aportar um volume de recursos para esse fundo, chegarão para o governo inúmeros projetos, seja na área de esporte, lazer, artesanato, qualificação profissional, enfim, um conjunto muito grande de tipos de ações, mas especialmente vai atender a um volume muito grande de crianças que hoje ficam de certa maneira abandonadas, especialmente no contraturno da escola.

Então, sr. presidente, em Santa Catarina imaginamos, calculamos e avaliamos que passa de 500 mil crianças que passam o mês com menos de meio salário mínimo. Evidentemente que essas famílias que têm uma renda insuficiente, passam a ser mais vulneráveis a algumas ações, como comentamos, especialmente ao tráfico de drogas. Mas tendo uma participação maior da sociedade, tendo mais recursos, poderemos ter mais projetos e evidentemente com o tempo mudamos muito a sociedade.

Em nível de Brasil, temos uma avaliação de que apenas 1% daquilo que poderia ser arrecadado para o Fundo da Infância e da Adolescência acontece, porque 99% são depositados para o governo federal que dá o destino que vocês todos conhecem.

Existe uma lei que permite que 6% do imposto devido das pessoas e 1% do imposto devido das empresas possam ser destinados para o Fundo da Infância e do Adolescente.

Agradecemos aqui a contribuição, a colaboração do Conselho Regional de Contabilidade. Mas aproveitamos a ocasião para pedir aos srs. deputados e a todos os catarinenses que nos ouvem e participam desta sessão que justamente se envolvam nessa grande campanha, na campanha de que no final deste ano cada um de nós que pagamos o Imposto de Renda possa contribuir com o FIA.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, fizemos ontem uma breve avaliação sobre as eleições em Santa Catarina, destacando a presença do PSD. Mas não tive a oportunidade, deputado Elizeu Mattos, de parabenizá-lo pela conquista da nossa Princesa da Serra.

Eu que sou casado com uma lageana, tenho certeza de que v.exa. fará uma excelente administração para a nossa querida Lages, onde também morei durante sete anos.

Sr. presidente, quero apenas complementar as colocações do deputado Serafim Venzon, porque tivemos a oportunidade, há alguns anos, de exercer o comando da secretaria municipal da Criança e do Adolescente, na cidade de Blumenau, quando ainda existia essa secretaria que hoje já está unificada com a secretaria de Assistência Social. Mas naquela ocasião surgia também o Estatuto da Criança e do Adolescente, e na mesma esteira a proposta do FIA, Fundo para a Infância e Adolescência.

Tivemos uma expectativa talvez maior do que deveríamos naquela ocasião em relação à participação da sociedade civil organizada, especialmente dos nossos empresários. Fizemos na época várias convocações, seminários, palestras, com as nossas microempresas, com a associação comercial e industrial dos municípios, no sentido de trazeremos a classe empresarial para esse projeto de investir no FIA.

Não fomos felizes em nossa empreitada naquela ocasião. O tempo passou, e agora se retoma esse debate em todo o Brasil, em especial no estado de Santa Catarina, inclusive com a motivação e a participação do governo do estado.

Acreditamos que se a secretaria de Assistência Social do estado de Santa Catarina de fato tomar essa bandeira, hastear essa bandeira em cada município de Santa Catarina, numa perspectiva de conscientização da classe empresarial comercial, enfim, inclusive do próprio contribuinte catarinense, de pessoas jurídicas que podem participar do FIA, conseguiremos, sim, alavancar recursos que ao invés de ir para Brasília ficarão no estado de Santa Catarina, ficarão nos nossos municípios, para fortalecer programas educativos, programas sociais, programas culturais, programas que de fato possam manter os nossos jovens, em especial as nossas crianças e adolescentes, longe do mundo das drogas.

Portanto, tem sim a nossa chancela, o nosso aval e a nossa disposição nessa luta e nessa caminhada pelo fortalecimento do Fundo de Infância e Adolescência, que está à disposição de todos os catarinenses, quer como pessoa jurídica, quer como pessoa física.

Sr. presidente, quero trazer também nesta tarde outro debate que chega a esta Casa, no dia de hoje. Estava acompanhando as matérias que começam a ser propostas para o debate nesse segundo semestre, e uma delas é a questão do art. 170, a nossa bolsa de estudo do governo do estado de Santa Catarina. Talvez muitos dos catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, não saibam desse dado, mas hoje, o governo do estado, enfim, nós catarinenses,

senhores e senhoras, contribuintes de Santa Catarina, mantêm através do art. n. 170 pelo menos 40 mil bolsistas em Santa Catarina. São 40 mil catarinenses que têm acesso ao ensino superior através do art. n. 170. É uma belíssima conquista, um exemplo, um modelo para todo o Brasil, que tem merecido os aplausos da população catarinense. Aliás, foi um projeto que surgiu nesta Casa e que teve o aval do governo do estado. Mas a proposta que agora chega a este Parlamento e que certamente ocupará em muito o espaço de debates nesta Casa, é a extensão dos benefícios do art. n. 170 para os cursos de ensino superior a distância.

Sei que esse tema é polêmico, deputado Nilson Gonçalves, deputado que comanda neste momento a Presidência desta sessão, e já acompanhei o parecer da Acafe, que é um parecer contrário, e não poderia ser diferente, pois tem certo sentido protecionista, que os benefícios do art. n. 170 não deveriam ser ampliados para os cursos a distância.

No entanto, há uma questão aqui de justiça social, e não tenho ainda voto absoluto, estou analisando com muito carinho, com muito cuidado a direção que deverei tomar nessa perspectiva de apoiar ou não essa proposição, mas antecipadamente entendo que todos os catarinenses, independentemente de estarem num curso presencial ou num curso a distância, a partir do momento que é um curso devidamente regulamentado pelo ministério da Educação, são catarinenses que estão estudando, investindo o seu tempo, buscando uma profissionalização, uma qualificação profissional e que merecem ser contemplados pelos benefícios do art. n. 170.

Sei, como já disse, que é um tema polêmico, que certamente ocupará o debate nesta Casa, mas quero aqui previamente me pronunciar favorável à expansão, à extensão dos benefícios do art. n. 170 aos nossos alunos das nossas instituições de ensino superior em Santa Catarina, que por todo o estado, em todas as regiões, já frequentam o ensino superior na modalidade de ensino a distância.

Portanto, não vejo por que ser contrário ao acesso ao benefício desse artigo, para que possam continuar a sua caminhada, a sua preparação, a sua carreira no ensino superior.

Sr. presidente e srs. deputados, vamos continuar aprofundando este debate, analisando pareceres, sendo que já pedi à minha assessoria, inclusive como membro da comissão de Educação desta Casa, para que solicite um parecer também à própria secretaria de estado da Educação, no sentido de nos dar um norte, uma direção, uma orientação com relação a esse clamor, a essa demanda que parcela da sociedade catarinense faz, quanto ao benefício do art. 170 aos nossos alunos do ensino superior ligados à educação a distância.

Era isto que gostaria de dizer e obrigado pelo espaço que me foi concedido nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais nenhum deputado para se manifestar no horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaríamos agora para a Ordem do Dia, mas como ainda temos 13 minutos disponíveis e por força de um acordo entre lideranças, vamos suspender a presente sessão retornando exatamente às 16h, na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0096/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0224/2012, de autoria do deputado Manoel Mota e 0505/2011, de autoria da deputada Odete de Jesus.

Comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0248/2012, 0563/2011, 0602/2012 e 0624/2012;

Igualmente, comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0275/2012, 0285/2012, 0293/2012, 0301/2012, 0318/2012, 0323/2012, 0339/2012, 0351/2012, 0446/2012, 0447/2012, 0456/2012, 0459/2012, 0463/2012, 0491/2012, 0570/2012 e 0590/2012 todos de entidade social.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0283/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera a Lei n. 10.279, de 1996, que declara de utilidade pública a Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0298/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que altera a Lei n. 11.140, de 1999, que declara de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários de Guarimirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0167/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina rodovia Dejandir Dalpasquale o trecho da rodovia estadual SC-455, que liga o município de Abdon Batista ao distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0396/2012, 0397/2012 e 0398/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0857/2012, 0858/2012, 0859/2012, 0860/2012, 0861/2012, 0862/2012, 0863/2012, 0864/2012, 0865/2012, 0866/2012, 0867/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0868/2012, 0869/2012, 0870/2012, 0871/2012, 0872/2012, 0873/2012, 0874/2012, 0875/2012, 0876/2012, 0877/2012, 0878/2012, 0879/2012, 0880/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0881/2012, 0882/2012, 0883/2012, 0884/2012, 0885/2012, 0886/2012, 0888/2012 e 0902/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0887/2012 e 0900/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0889/2012, 0890/2012, 0891/2012, 0892/2012, 0893/2012, 0894/2012, 0895/2012, 0896/2012, 0897/2012, 0898/2012, 0899/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0901/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Moção n. 0052/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, apelando ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional pela retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 1.448/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0069/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando informações aos secretários de estado da Saúde e do Planejamento sobre o valor financeiro investido nos programas de saúde do trabalhador nos últimos quatro anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria de registrar nesta

Casa a presença do nosso companheiro Hugo Lembeck, prefeito eleito do município de Taió. Ele é um grande companheiro que durante o período eleitoral da campanha do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira fez um trabalho muito forte por toda Santa Catarina no sentido da prestação dos nossos candidatos. E agora Hugo Lembeck está aqui nesta Casa e eu gostaria de registrar a presença e de cumprimentá-lo pelo feito da eleição do último dia 7, elegendo-se prefeito do município de Taió.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado!

Com a palavra o deputado Valmir Comin, em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, imprensa e público que acompanha a nossa sessão, queremos, em nome da bancada do PSDB, fazer uma rápida avaliação do resultado das eleições municipais. Todos participamos direta ou indiretamente delas, cada um na sua cidade, na sua região, tendo os seus partidos políticos, e dessa forma também ocorreu conosco, a bancada e, especialmente, como deputado estadual.

Dentro do que sentimos nessa eleição podemos dizer que foi uma eleição atípica em que a força partidária pouco influenciou no resultado da eleição. Valeu muito a experiência ou a própria situação das candidaturas individuais. Elas se sobrepuseram às estratégias, digamos assim, partidárias. Vi isso em várias cidades e exemplo disso também foram essas inúmeras coligações que foram feitas, todas elas respeitando a questão local e não a questão nacional e estadual.

Diante disso, o PSDB saiu das urnas com 25 prefeitos eleitos, 31 vice-prefeitos e aproximadamente 330 vereadores em todo estado de Santa Catarina. Eu quero cumprimentar todos eles, desejar sucesso nos seus mandatos e dizer que dentro do possível a bancada estadual estará, com certeza, dando o seu apoio nas suas administrações.

Mas eu quero também falar sobre um assunto que já falei antes das eleições e que agora demonstrou mais uma vez a sua influência. E temos que rever essa questão das pesquisas eleitorais. Elas são, hoje, uma estrutura que participa das eleições e que influencia diretamente no resultado das eleições. E vimos os erros que as pesquisas apontaram na reta final.

Eu quero aqui falar sobre Blumenau, da campanha eleitoral de Blumenau, onde na quinta-feira ou quarta-feira, no último dia de se promulgar as pesquisas eleitorais registradas, o nosso candidato do PSDB acabava tendo a

intenção de votos de 22%, em terceiro lugar. E qual foi o resultado da eleição? O nosso candidato Napoleão Bernardes foi o mais votado no primeiro turno, com quase 39% dos votos. E quem paga por esse prejuízo? Muitos eleitores, com certeza, acabaram deixando se influenciar pelas pesquisas, acabaram não votando, principalmente aquele eleitor indeciso que gosta de votar em quem ganha ou que vota para derrotar alguém, e isso faz parte do componente político, acaba fazendo sua opção e quem sabe até se a pesquisa não tivesse dado esse resultado na quinta-feira às vésperas da eleição, quem sabe, Napoleão pudesse até ter ganhado no primeiro turno.

Então, já fizemos essa reflexão aqui antes das eleições e acredito que temos a responsabilidade de também revisar as questões políticas da lei eleitoral, da questão eleitoral, uma daquelas que influenciou, prejudicou o processo eleitoral. E quero aqui quase que afirmar a todos os partidos políticos que foi a questão das pesquisas eleitorais, as registradas e até as não registradas, que todos sabemos que acontece e que acabam manipulando conforme o desejo daqueles que contratam a pesquisa.

Vou falar sobre Blumenau, sobre o nosso candidato Napoleão. Vereador mais votado na última eleição com quase sete mil votos. Foi candidato a deputado federal e mais votado em Blumenau com quase 42 mil votos, não se elegendo, mas fez em Blumenau a maior votação à época como candidato a deputado federal. E agora, dentro de projeto solidário do PSDB e do DEM, não conseguindo agregar mais ninguém nesse projeto, conseguimos ir para o segundo turno com o candidato mais votado. Claro que não foi a força política partidária só do PSDB e do DEM, mas especialmente o carisma do nosso candidato.

Aqui também fiz um pronunciamento antes das eleições quando disse que Napoleão é sem dúvida um novo político de Santa Catarina, um novo modelo de político, que além de competência e conhecimento, além de carisma pessoal, é uma pessoa humana, uma pessoa simples, mas sabe muito bem se colocar como candidato numa campanha eleitoral.

Estamos iniciando a campanha do segundo turno com o deputado Jean Kuhlmann, deputado que reconhecemos um deputado trabalhador, correto, na cidade de Blumenau. Mas vejo hoje o encaminhamento da cidade para um modelo de renovação, um modelo de renovação de Blumenau na política.

Sem dúvida, Napoleão Bernardes, que já conquistou esse grande eleitorado no primeiro turno, com mais de 70 mil votos, haverá agora, na campanha, igual ao que fez no primeiro turno, sem nenhum debate de críticas a "A" ou "B" ou a qualquer projeto, mas, sim, dentro de uma política nova de redução de custos, de redução da máquina pública, necessária para os recursos e investimentos, focado

em um modelo de desenvolvimento que passa pela questão da educação, da segurança e da saúde, que passa pelo olhar humano para as pessoas, especialmente as pessoas menos favorecidas... Enfim, esse vai ser o tom da campanha, o estilo que haverá de ser conduzida a campanha de segundo turno.

Eu tenho nele não apenas um colega partidário, mas acima de tudo o conheço fora da política como pessoa. E mesmo faltando todo esse tempo para o segundo turno, quero salientar que Napoleão Bernardes tem hoje a simpatia dos blumenauenses, sem nenhum demérito ao nosso oponente deputado Jean Kuhlmann que tem o seu perfil. Mas hoje a maioria dos eleitores quer a renovação.

Conto sempre o exemplo que aconteceu comigo e com ele na campanha passada, quando o Napoleão me ligava: "Deputado Gilmar, quando vamos fazer campanha juntos, em Blumenau?" "Quando v.ex.a. vir aqui, à cidade, quero ir junto." Eu dizia: "Calma, Napoleão, vamos caminhar juntos." E quando iniciamos a caminhada juntos, eu o apresentava aos eleitores, quando visitávamos as indústrias, fábricas e dizia: "Eu sou o deputado Gilmar, e está aqui o nosso novo candidato a deputado federal." E sentia de perto que havia um olhar voltado para ele, que o eleitor simpatizava com ele.

No final da campanha a ordem dos fatores se inverteu, era eu que ligava dizendo: "Napoleão, onde você está? Eu quero caminhar contigo." Quer dizer, os fatores se inverteram, e agora também é assim, por onde você passa em Blumenau, por qualquer ambiente, seja na indústria, no comércio, na comunidade, na igreja, você sente a empatia que as pessoas têm com Napoleão Bernardes. E dentro desse espírito, tenho certeza, quando o eleitor se fixa, quando ele gosta do candidato, não muda seu voto. E tenho certeza de que esse será o grande fator da eleição de segundo turno em Blumenau.

Aqui quero dizer, mais uma vez, em nome da bancada do PSDB, que haveremos de ter o prefeito de Blumenau, com certeza, em Napoleão Bernardes nessa eleição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece aos funcionários que nos assessoraram a levar a bom termo este trabalho e convoca outra, ordinária, para amanhã, a hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se à BR-283.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende pessoas sem teto do município de São José.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Faz relato de sua viagem a Brasília.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Tece comentários a respeito da legislação eleitoral.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se às obras rodoviárias do sul do estado.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Convida para um simpósio sobre segurança alimentar e nutricional.

DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Faz homenagem ao agrônomo pelo dia 12 de outubro.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se às festas de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Não havendo expediente a ser lido, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente Jailson Lima, também os deputados Antônio Aguiar e Neodi Saretta e todos que acompanham esta sessão.

Primeiramente, quero fazer menção sobre as dificuldades que temos tido em relação à implantação de uma das obras mais requeridas pela nossa região oeste de Santa Catarina, no que se refere às rodovias, trata-se da BR-283.

É importante destacar que na próxima sexta-feira, dia 12, entidades, lide-

ranças, regionais fazem uma mobilização para cobrar a revitalização dessa rodovia. O ato acontecerá no município de Planalto Alegre, a partir das 8h, com o apoio da Associação Catarinense dos Motoristas de Ambulâncias.

Neste ato, teremos a paralisação do trecho da rodovia que compreende Chapecó e Planalto Alegre. Como presidente do Fórum Parlamentar das Rodovias, gostaria de destacar que apoiamos esse ato, pois a situação da SC-283 é vergonhosa. Temos convivido com acidentes, com promessas, desde o ano passado, por parte do governo. Em 6 de junho de 2011 realizamos uma audiência pública em Palmitos, com a participação de todas as prefeituras daquela região e também de entidades empresariais, em especial destaco o Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó e região.

Após essa audiência, realizamos outra em Seara, no dia 30 de junho, onde teremos a continuidade da SC-283. O deputado Neodi Saretta também se fez presente. E de lá para cá houve muitas audiências com o governo do estado. Reconhecemos que a obra da SC-283 foi incluída no plano de investimentos das rodovias, mas, no entanto, já se passou praticamente um ano e meio e nada foi feito.

Eu acho que é uma atitude justa, legítima, e o governo estadual precisa começar essas obras. Já vamos para os próximos dois anos do final deste mandato e por enquanto temos somente, desde o ano passado, inúmeros anúncios sendo feitos nas rodovias, mas efetivamente as máquinas não chegam. Enfim, no oeste de Santa Catarina não chegou ainda nada em termos de obras nessas rodovias.

Então, quero fazer um apelo para que o governo do estado de fato viabilize com agilidade uma vez que, como acabo de informar, já se passou um ano e meio da realização dessas audiências, e ainda estamos na espera.

Quero referendar o nosso apoio a esse movimento de protesto das entidades. Os prefeitos da região, especialmente dos municípios de São Carlos, Palmitos, Seara, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Guatambu estão também envolvidos no apoio a esse movimento. Penso que precisa ser feito algo urgente para que de fato não apenas as ambulâncias, mas os motoristas, os caminhoneiros, os pedestres, possam ter condição de transitar nessa rodovia.

Também quero fazer menção ao dia 15 de outubro, próxima segunda-feira, quando comemoramos o dia do professor.

Quero, como professora, chamar a atenção para a importância que tem essa profissão tão antiga, tão falada, tão discutida em nosso país. Mas entendo que é uma das

profissões prioritárias, e precisamos avançar mais no sentido da valorização do professor.

Nós tivemos nos últimos anos alguns avanços em termos de legislação. E destacaria a lei do piso, tão discutida nesta Casa, que foi objeto de várias ações, de mobilizações, desde o ano passado, na aplicação dessa lei. E entendemos que a Lei n. 11.738 é um avanço para o Magistério. Mas lamentamos muito que mais uma vez o estado de Santa Catarina entre com uma ação no STF, questionando a atualização monetária dessa lei.

Sabemos dos limites colocados aos municípios, aos estados, sabemos que existem, com certeza. Mas penso que há outras formas de financiar o pagamento do piso, desde que o governo federal, os governos estaduais e os congressistas se empenhem no sentido de buscar essa alternativa.

Sempre fazemos luta nas diferentes categorias, e está aqui o deputado Sargento Amauri Soares também com a luta da Saúde. Mas nunca podemos avançar no sentido de abrir mão de direitos. Precisamos conquistar novos direitos. Acho que é esse o caminho.

Se o país cresce, se tivermos cada vez mais o crescimento PIB, haverá diminuição da taxa do desemprego, haverá inflação equilibrada. Mas precisamos valorizar o servidor, porque ele efetivamente está na ponta executando essa função do estado.

Não se faz uma sociedade forte com políticas sociais frágeis.

Ontem mesmo, acompanhava o anúncio do termo de convênio firmado entre a Irlanda e o Brasil com relação a bolsas de iniciação à ciência e pesquisa. E podemos perceber na fala do presidente da Irlanda que temos uma população, neste país, com 50% de qualificação. E estamos muito longe disso. Então, os países que já perceberam o quanto a educação faz a diferença na construção de uma nação, são países mais soberanos. E esse é o caminho que o Brasil precisa trilhar. Investir em educação é um caminho mais seguro e que constrói futuro.

Então, quero destacar para o dia 15 de outubro a figura do profissional de educação que precisa ter um plano de carreira decente e precisa de uma formação continuada, porque não é suficiente a formação que ele recebe na academia, mas uma formação permanente.

Quanto à tão falada realização do concurso público, acompanhamos o estado na divulgação das duas mil vagas e lamentamos muito que, hoje, em Santa Catarina temos 17 mil professores admitidos em caráter temporário, portanto são 17 mil ACTs. E lamentavelmente o concurso apresentou apenas duas mil vagas. Gostaríamos muito de entender como serão preenchidas, quais os critérios e por que não viabilizar concurso para

o maior número de vagas, uma vez que são 17 mil contratados. E os professores sabem que esse contrato enfraquece a carreira do professor, o estímulo, o incentivo, a permanência, porque a cada ano o professor vira um boia fria, ele vai de escola em escola, quando consegue ser contratado.

Então, quero fazer essa referência destacando a necessidade do concurso público e também os grandes desafios que se colocam na educação brasileira.

Tivemos agora a aprovação no Congresso Nacional, especialmente na Câmara Federal e depois vai ao Senado, do plano nacional de educação em que os parlamentares mantiveram o percentual de 10% do Produto Interno Bruto - PIB - a ser investido na educação brasileira, ao longo da próxima década. É um grande avanço, porque sem financiamento público não teremos qualidade na educação, mas precisamos que os senadores mantenham essa grande conquista, que são os 10% do PIB. E lembro-me quando comecei os meus primeiros estudos de que já havia essa luta para o aumento dos investimentos em educação e, felizmente agora, conquistamos isso.

Outro grande desafio são as novas tecnologias e a educação em tempo integral que chega a todos os municípios, com uma projeção do ensino médio e toda a educação básica. Mas quero dizer por último que nada adianta investirmos maciçamente em prédios, em tecnologias - e vimos nesse processo eleitoral muitos prefeitos exaltando as tecnologias de informação -, porque isso é positivo, é muito bom, mas o fundamental, o coração de uma escola é o professor. E se esse professor não tiver motivação, salário decente, uma perspectiva de futuro e de profissão valorizada, de nada adianta o prédio ser bonito, porque falta a alma. E a alma é o professor.

Assim, gostaria de deixar os meus parabéns antecipados aos professores, aos educadores de diferentes redes de ensino: municipal, estadual e federal, e dizer que a luta continua pela valorização da categoria.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes do Rádio AleSC Digital e os que aqui nos acompanham nesta manhã de quinta-feira, quero inclusive nessa fala de hoje esclarecer algumas questões que falei na tarde de ontem, aquele episódio que inclusive tem sido divulgado na mídia da grande Florianópolis e do estado, do problema dos sem-teto de São José, do confronto que houve entre Polícia Militar e população em um bairro da cidade de São José.

Estive até de madrugada acompanhando esse processo para me informar e tomar pé melhor da situação, deputado Antônio Aguiar. E também para que os colegas aqui e quem nos acompanha não fiquem imaginados porque os assuntos caem do céu e vamos falando sem maiores explicações.

De fato, pessoas pobres foram usadas como massa de manobra por gente muito bem situada no poder político de São José. Essas pessoas pobres tiveram a promessa e a esperança de ganhar um pedaço de terra para construir a casa própria em troca de apoio eleitoral, de voto. Isso mesmo, sem tirar nem por. A ocupação de uma área de terra que foi incentivada, insuflada por diversos dos chamados "cabos eleitorais", nas vésperas da eleição em São José.

Como já tem decreto desapropriando aquela área, como a partir do ano que vem vamos regularizar a situação, como quem já estiver lá em cima vai ter o seu pedaço de terra garantido, evidentemente que em menos de uma semana havia mais de 200 pessoas na citada propriedade. Mas três dias após a eleição, e mediante decisão judicial, as pessoas foram desalojadas de lá. A Polícia Militar foi para dar segurança para o oficial de justiça e para as máquinas que destruíram os barracos construídos com urgência e de forma emergente pelas pessoas naquele lugar.

Na minha avaliação não tem outra frase para dizer melhor isto, que o povo pobre daquela região e a Polícia Militar foram usados como massa de manobra para tentar dar uma solução com caráter de legalidade para a sem-vergonhice de alguns em São José.

Agora, a situação é que cerca de 50 pessoas das 200 pessoas que havia lá foram dispersadas. Mas o fato é que a maioria das pessoas pobres, que pagam aluguel, que moram com o pai e com a mãe em condições degradantes muitas vezes, porque quem mora em situação digna não se submete a se colocar e colocar os próprios filhos a dormir num piso de um ginásio... Cerca de 50 pessoas estão no ginásio de esportes do Jardim Zanelatto.

Estivemos lá, como já disse, até de madrugada.

Quero agradecer ao secretário municipal de Assistência Social, de São José, o Rui, não sei o sobrenome, meu companheiro da década de 80 e 90 no Movimento Popular da Grande Florianópolis. Ele não pode ir lá, mas a diretora foi. Agradeço também aos outros funcionários públicos municipais de São José e lamento por alguns por terem sempre aquela visão preconceituosa contra pobre.

Quero fazer um apelo ao prefeito Djalma Berger: o mínimo que se espera é que o poder municipal trate aquelas pessoas como seres humanos, de forma humanitária, que em nenhuma hipótese qualquer daquelas pessoas seja sujeitada a ficar na rua uma hora sequer até que haja uma solução definitiva para o problema. Isso é responsabilidade do poder público municipal de São José. E a solução definitiva do problema por certo, possivelmente, depende também de outras esferas do poder, inclusive do governo do estado, do governo federal, de organismos federais de construção de habitação, por exemplo, a Caixa Econômica Federal. Mas é inadmissível que daquelas 50 pessoas, sendo umas 20 crianças, deputada Luciane Carminatti, uma delas sequer seja sujeitada a ter que ficar na rua pelo menos duas horas.

Houve pessoas que deixaram de pagar o aluguel para comprar uns tapumes, umas tábuas, uns compensados, uns plásticos,

para que pudessem construir um barraco, porque autoridades disseram que já havia um decreto sinalizando de que quem estivesse em cima ficaria com a posse e depois com o título daquela área. Evidentemente que quando o oficial de justiça, com todo o aparato do estado, e infelizmente com a nossa polícia militar dando o suporte, essas pessoas não tinham para onde ir, tinham deixado de pagar o aluguel, tinham deixado a sua casa, já tinham gasto o dinheiro que poderiam usar para pagar o aluguel. Enfim, já tinham investido R\$ 600,00 para criar uma infraestrutura para poderem ficar lá. Essa é a realidade dramática.

Essa situação foi criada em virtude do interesse eleitoral de alguns! E os poderes constituídos não vêem isso! Mas viram que havia crianças lá e ameaçaram as famílias que iriam tirá-las delas. Sempre o absurdo do estado contra os pobres da versão oficial, oficial, preconceituosa.

Por falar em eleição, também para esclarecer algumas coisas, evidentemente que não tenho nada contra os dois candidatos que estão no segundo turno na capital; tenho boa relação, inclusive, com eles. Não tenho nada contra os dois candidatos que estão no segundo turno em Blumenau. Conheço o deputado Jean Kuhlmann, que é nosso colega aqui, e conheço apenas de vista Napoleão Bernardes. Mas não tenho absolutamente nada contra os dois.

Da mesma forma, não tenho nada contra os dois candidatos que disputam o segundo turno em Joinville. O deputado Kennedy Nunes é também colega nosso aqui, aliás, esses três deputados estaduais que disputam o segundo turno em Florianópolis, Blumenau e Joinville estão comigo neste Parlamento desde a legislatura anterior. Não tenho nada contra eles nem contra o concorrente, o Udo Döhler, de Joinville, não obstante ter trazido o PIB de Joinville para empurrar a PEC dos bombeiros goela abaixo nos últimos meses. Mas são defesas programáticas.

Não tenho absolutamente nada contra nenhum deles. A questão não é pessoal, a questão é política.

Quero repetir que há, na minha avaliação, o mesmo DNA político e programático. Portanto, a minha posição permanecerá a mesma do primeiro turno. Não poderei apoiá-los.

Não é nada pessoal, com todo o respeito, mas esse episódio dos sem teto de São José somente confirmou, deputada Luciane Carminatti, dos pobres lá do meu bairro, que a prática é parecida, porque se há memória, é preciso preservá-la, é preciso preservar o conhecimento da história. Se votasse em uma dessas três cidades, meu voto seria nulo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero, neste momento, falar sobre a minha ausência, ontem, nesta Casa, pois estava em Brasília participando de dois eventos. Um deles tratou da Convenção-Quadro

com relação à fumicultura no Brasil e o outro da educação.

Ontem à tarde tínhamos uma audiência com o ministro da Educação para discutir a ampliação da nossa Universidade Federal Fronteira Sul, reunião solicitada pelos movimentos sociais, com a participação dos deputados, mas foi suspensa pelo ministro, por fatores que dizem respeito ao seu trabalho e ao seu papel enquanto ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Srs. deputados, então, aproveitamos o dia para participar desse importante debate da Convenção-Quadro, que é preparatória para o encontro que vai acontecer na Coreia do Sul, em novembro, quando será discutida a continuidade dos debates sobre a redução e o consumo do fumo, do tabaco, mas também para discutir principalmente alternativas de renda para as propriedades da agricultura, especialmente da agricultura familiar.

Então, o dia foi muito positivo, pois fizemos uma grande discussão com a presença dos ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, quando falamos sobre o lado da saúde pública e sobre os impactos para a saúde pública do nosso país e do mundo, do tabaco, não só do consumo, mas também do plantio.

A Convenção Quadro é assinada por 192 países. E agora, então, vai acontecer a conferência das partes, a chamada COP-5, na Coreia do Sul, no mês de novembro. Inclusive estamos vendo a possibilidade de participar desse evento, desse debate que vai avançar passo a passo numa perspectiva de campanhas de esclarecimento, de libigões de publicidades, de propaganda de cigarros e de outros insumos que provêm do fumo.

Foi um encontro extremamente importante. E queremos dizer que aproveitamos para fazer uma discussão com os ministros e cobramos, principalmente do ministério do Desenvolvimento Agrário, assim como do estado, mais investimentos nas alternativas de reconversão e diversificação das propriedades de fumicultura do nosso estado e do nosso país, especialmente aqui no sul.

Srs. deputados, não tem jeito, a atividade do fumo continua sendo muito forte e rende muitas propriedades no nosso estado. E estamos vendo na prática, inclusive em depoimentos de agricultores que estiveram presentes colocando suas experiências, que estão diminuindo a produção de fumo ou produzindo outras coisas, mas precisam de acompanhamento técnico, de pesquisa, de investimento e de recursos subsidiados para que possam desenvolver outras atividades para a renda da agricultura familiar. Há também, claro, a questão do acesso ao mercado. Então, foi um seminário extremamente importante.

Quero também aproveitar, sr. presidente, para dizer que no próximo dia 16 estaremos realizando, através desta Casa, da comissão de Saúde e da Escola do Legislativo, onde também estamos participando como membro da comissão de Agricultura, o 1º Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado.

Esse simpósio trará grandes temas a serem discutidos sobre segurança, garantia alimentar, nutricional e contará com a partici-

pação de várias entidades ligadas à saúde, à alimentação e aos agricultores.

Felizmente a sociedade catarinense tem um grande interesse nesse assunto, e mais de 400 pessoas já estão inscritas nesse evento. Queremos aproveitar a oportunidade para convidar todos os srs. deputados e deputadas a participar desse evento, cuja inscrição poderá ser feita através do *site* da Alesc. Trata-se de um importante debate, sem dúvida nenhuma, para o futuro da saúde pública e para a produção de alimentos no estado de Santa Catarina.

Para finalizar, sr. presidente, gostaria de dizer que estamos acompanhando no processo pré-eleitoral e também agora no processo pós-eleitoral o Supremo Tribunal Federal agir, na minha avaliação, de maneira politiquera ao julgar uma ação tão importante para o país, ao julgar lideranças históricas do Partido dos Trabalhadores, desde as semanas que antecederam as eleições. Gostaria de voltar a esse tema em outro momento, porque hoje gostaria de falar, de comemorar a grande vitória que tivemos, mesmo com toda essa situação criada no período pré-eleitoral que, na nossa avaliação, não poderia ter sido criada, porque temos critérios na legislação eleitoral que devem ser respeitados em nosso país. A Corte brasileira, a maior instituição brasileira do Judiciário fez esse julgamento de um partido político, de lideranças políticas, justamente num momento pré-eleitoral, mas mesmo assim o nosso partido saiu extremamente vitorioso, inclusive o nosso presidente Rui Falcão fez uma declaração muito positiva anunciando esse grande crescimento tanto em nível nacional quanto em Santa Catarina, onde o PT estará em 1.119 municípios, o que é uma presença significativa.

Também tivemos um grande aumento no número de prefeitos, de 558, em 2008, para 624, em 2012, um dos partidos que mais cresceu no Brasil. Enquanto os outros grandes partidos perderam prefeituras, o PT continua crescendo de maneira sustentável também em Santa Catarina, onde subimos de 35 prefeituras para 45 e temos mais duas prefeituras que estão *sub judice*.

Participamos ativamente de todo o processo eleitoral e mantivemos uma votação expressiva em grandes cidades, é bem verdade que em algumas não fomos para o segundo turno, infelizmente, como em Blumenau, Joinville, aqui na capital. Mas o partido manteve sua grande força e, além do Executivo, tivemos um crescimento muito grande no Legislativo catarinense, partindo de 236 vereadores para 308 pelo estado afora.

Então, saímos do processo eleitoral com vitórias importantes. Inclusive, queremos destacar que tivemos uma vitória importante também no nosso município, onde elegemos Daniel Kothe, do Partido dos Trabalhadores, prefeito de Saudades.

Portanto, quero parabenizar todos os eleitos do Partido dos Trabalhadores, em especial, mas também os demais prefeitos de Santa Catarina que se elegeram nesse pleito do dia 7 de outubro e que vão governar as cidades pelos próximos quatro anos. E devemos, sim, deputado José Milton Scheffer, ser parceiros dos prefeitos. Esta Casa tem que

contribuir com o desenvolvimento dos nossos municípios para melhorar a vida do seu povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu ouvi a manifestação do deputado Dirceu Dresch e quero dizer que acho que ainda tem que ocorrer algumas alterações na legislação eleitoral. É um absurdo esse impedimento ao cumprimento de mandados de prisão no período eleitoral.

Ele também falou sobre a questão dos julgamentos e gostaria de dizer que acho que o julgamento não tem que ter momento e hora. A Justiça tem que ser feita em qualquer momento. É uma afronta ao cidadão, deputado Manoel Mota, o marginal, com um mandado de prisão, no período eleitoral, poder desfilar de frente ao Fórum de Justiça, ao promotor, ao juiz, ao policial e não poder ser preso. Isso daí é o Brasil com as suas peculiaridades, e que precisamos mudar!

Então, temos que proteger a democracia e respeitar o direito do cidadão, mas essas barbaridades não podem acontecer.

Mas faça esse comentário após ouvir as manifestações anteriores.

Eu assomo, hoje, à tribuna para homenagear a Polícia Civil não somente como instituição, mas na pessoa de cada policial, porque é ele que faz a história e é o orgulho da nossa instituição Polícia Civil.

Tivemos 52 candidatos nesse pleito eleitoral oriundos da Polícia Civil, dois candidatos a prefeitos, três candidatos a vice-prefeitos e 47 candidatos a vereadores, sendo que mais de 1/3 alcançou um resultado positivo na eleição. Muitos ficaram suplentes, com grandes perspectivas de posse, e todos tiveram uma participação muito importante.

Nós tivemos o vereador Acindino Mafra, de Ascurra, que foi eleito vereador. E os policiais que acabam entrando para a vida pública o fazem por serem pessoas com sentido muito voltado ao cidadão, buscando dar qualidade de atendimento, ser atenciosos e resolver o problema do cidadão.

Então, quanto há a participação política, isso demonstra que essas pessoas estão inseridas no meio social e participam ativamente da vida do município.

Portanto, o policial e o servidor da saúde são aqueles que atendem as pessoas num momento de dificuldade, num momento de dor. E quando essa pessoa dá um bom atendimento e é prestativa, acaba recebendo o reconhecimento da comunidade.

Tivemos em Rio do Sul a eleição de dois vereadores, o Cariso Savio Giacomini e o Mário Miguel que foi reeleito e com o *slogan* "Gente Nossa", *slogan* que usei em todas as minhas campanhas. E quando ele começou a carreira, disse que pegaria o meu *slogan*. É um grande amigo e um grande policial.

Tivemos o Carlos Evandro Luz, delegado de Polícia, que foi eleito vereador em Caçador. Também tivemos: Elton Aguiar Ramos, que já era vereador, eleito no município de

Capivari de Baixo; Fernando Callfass, do município de Xanxerê, um jovem dinâmico, um delegado envolvido com as questões sociais. É um grande policial no combate à criminalidade, mas também é uma pessoa muito atenciosa com os problemas da comunidade. Tivemos o Francisco Moreira Lopes, reeleito no município de Joaçaba. Além da sua atividade profissional na área da segurança, ele faz vários trabalhos sociais no município. Tivemos o Gerson Manoel Matia, reeleito no município de Fraiburgo; o Gilson Manoel Rosa, nosso agente de polícia que foi eleito vereador do município de Imarú; o José Klock, reeleito no município de Indaial, nosso delegado de polícia e voltado ao combate firme a criminalidade e também com uma participação ativa na comunidade; o Lourenço Becker, reeleito vereador no município de Videira; o Luiz Henrique Sell, o Banha, vereador eleito no município de Palhoça, uma grande revelação e surpresa. O Banha é uma pessoa muito atenciosa com a comunidade de Palhoça e teve a felicidade da eleição numa campanha muito simples, humilde, visitando seus amigos de casa em casa. Foi uma vitória merecida, e sabemos que ele fará um grande trabalho como vereador. Tivemos a Márcia Cristiane Nassif, eleita vereadora no município de Mafra; a Maria Clarise Gomes Matteucci, reeleita no município de Taió; o Nilson Frederico Probst, reeleito no município de Balneário Camboriú, e o Lenoir da Rocha, que já é prefeito e foi reeleito no município de Mondai, pelo PMDB. Foi um grande prefeito, foi delegado de Polícia, delegado regional de São Miguel d'Oeste. É uma pessoa que também tem um grande serviço prestado naquela região. Sempre foi um delegado da área de investigação, de combate à criminalidade. É uma pessoa firme em defesa da sociedade.

Assim como todos esses tivemos na capital Juninho Mamão fazendo uma grande votação mesmo estando como suplente, mas é um policial que representa as lutas da categoria. Está sempre presente em todos os embates em defesa da classe e sociedade e fez uma grande votação.

Então, aproveito este momento para fazer esse registro, essa homenagem aos policiais que tiveram a coragem de participar desse pleito da vida democrática do nosso país.

Temos visto que a instituição tem feito um trabalho muito grande em defesa da sociedade. E quero ressaltar o trabalho do delegado Cláudio Monteiro e de toda a equipe da DEIC, nos últimos dias, mesmo com as manchetes principais relacionadas às eleições, ao momento democrático, com casos de prisões de quadrilhas desbaratadas, de apreensões de grande quantidade de drogas, enfim, um trabalho incessante.

Então, quero parabenizar a equipe do DEIC e todos os nossos policiais civis do estado. Parabéns aos eleitos, parabéns a todos que participaram desse pleito eleitoral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Queremos registrar aqui a presença de Glauco Lima, que foi nosso candidato a vice-prefeito na cidade de Lontras, numa coligação com o PMDB. O Glauco que é engenheiro de formação.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Antes de conceder a palavra a v.exa. quero parabenizá-la pelo brilhante papel e o embate político que teve nesse momento da democracia em Florianópolis, mostrando a força das mulheres. Com certeza a sua contribuição mostra muito a renovação política no estado catarinense.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Agradeço as suas palavras gentis, mas quero mencionar a presença do candidato a vice-prefeito na chapa do PSOL, Alberi, que fez uma grande votação, uma surpreendente votação em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns pelo papel que fizeram na campanha.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, v.exa. citou o Glauco que é engenheiro agrônomo, então, quero parabenizá-lo pelo seu dia, pois amanhã é o Dia do Engenheiro Agrônomo. Quero parabenizar todos os engenheiros agrônomos pela função e pelo papel que exerceram durante toda essa história do estado. Desejo que continuem essa caminhada que só ajuda a nossa agricultura do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

O primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho a esta tribuna para fazer alguns registros e algumas considerações importantes.

Na eleição de 2012, os deputados que lutaram e correram tinham que ser artistas para não tropeçar, porque eram coligações de toda ordem. Essa é a democracia. E nós que corríamos os municípios tínhamos que estar sempre com o santinho dos candidatos na mão, porque foi coligação de toda ordem, não teve partido que não estivesse coligado com um ou com outro.

Então, foi uma eleição bastante importante, foi democrática, porque buscou a vontade popular dos partidos, das pessoas, mas deu um cansaço nas pessoas que correram muito e que tinham que estar sempre preparados para não pisar na bola.

A eleição foi muito importante em Santa Catarina, e o PMDB teve muito sucesso, pois já possui hoje 104 prefeituras e está disputando mais duas e outra como vice. Portanto, o desempenho do partido foi extraordinário.

Na minha região fizemos muitas prefeituras, realmente foi um desempenho extraordinário, e isso faz com que tenhamos tranquilidade para continuarmos trabalhando, buscando resultado.

A população elege um político por uma razão: esperança por dias melhores para a região, para o município. E é com esse espírito

que trabalhamos sempre no Parlamento catarinense, ou seja, buscando resultados a cada momento, a cada instante, para a região. E penso que é o nosso dever, é a nossa luta. E assim continuamos.

Por isso, as esperanças das pessoas não se apagam, ficam vivas, porque quando elegem um candidato e veem os resultados dizem: "Valeu a pena o meu voto; valeu a pena a minha luta; valeu a pena o meu trabalho, porque os resultados estão acontecendo para toda a região."

Hoje, as grandes dificuldades não são os governos, pois buscamos a obra, buscamos os recursos. Mas depois para sair do papel é uma tristeza, porque a questão ambiental está matando os governos, quer dizer, há falta de critérios. É impressionante a questão ambiental. É impressionante! Se eles veem uma florzinha, já dizem: "Ah, aqui não pode passar a rodovia, porque tem uma florzinha." Se acham um osso de sapo, é a mesma coisa "Não, aqui não pode passar!" E as obras não andam, não terminam, e morremos trabalhando para buscar os resultados necessários para uma região.

Não há como se conformar em relação à serra do Faxinal que liga as cidades dos cânions, localizada em Itaimbezinho. É a região mais linda do mundo! São 15 quilômetros, oito foram realizados e sete estão lá. A situação é a mesma: a licença sai hoje, sai amanhã, quer dizer, por causa de dois casais de pererecas, a promotora entrou com uma ação.

Há cinco anos que o dinheiro está depositado. São recursos do BID, e a obra não pode continuar. Quem é que perde? A população. Essa obra é de valor extraordinário. E agora descobriram que há milhões de pererecas. É brincadeira! Estão brincando com a população. Não avaliam o mal que fazem para a sociedade. E isso representa a integração entre dois estados: sul do nosso estado com o norte do Rio Grande do Sul. É uma obra turística que vai ligar Canela, Gramado, Caxias do Sul, mas está emperrada em razão dos dois casais de pererecas.

Agora há milhões de pererecas, já abriram mão. Mas mesmo assim a licença continua emperrada. Trabalhamos bastante. Fomos a Brasília, chegamos aqui, buscamos recursos, garantimos o encaminhamento, mas a obra não sai, porque não se consegue a licença.

A BR-285 é uma obra importante para a região inteira, que liga o sul do estado com o norte do Rio Grande do Sul. Dentre as cidades temos: Araranguá, Ermo, Turvo, Timbê, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, Argentina. Quantos quilômetros que faltam? Faltam 22 quilômetros. E por que não sai a obra? Porque não temos licença.

Primeiro, foram colocadas pelo fórum catarinense emendas que garantiam a obra no PAC 1 e no PAC 2, mas não sai a licença, e continua emperrada a obra. Quer dizer, não saem esses 22 quilômetros para ligar Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, caindo tudo direto em Santa Catarina pelo norte do estado, além de melhorar o transporte de toda a soja do Rio Grande do Sul.

O porto de Imbituba é 250km mais perto do que o porto de Rio Grande, e ainda aqui tem a cerâmica vermelha para se levar de volta. Mas aí falta a licença ambiental.

Estivemos com o presidente do Ibama. Ele assegurou que sairia a Serra do Faxinal em três semanas, e a BR-285, a Serra da Rocinha, em 40 dias. Quer dizer, não saiu nem uma nem outra. Já passou o prazo e não sai. Ficamos irritados, porque são anos de luta e de trabalho que emperra numa licença ambiental. Não dá para avaliar. É um negócio que nos irrita demais.

Fico muito irritado, porque primeiramente é difícil conquistar o projeto; em segundo lugar é preciso conquistar o dinheiro, e aí não sei porque não se tem a licença. Não dá para engolir; é pior do que engolir um tijolo de oito furos. Então, isso nos deixa com os nervos em frangalhos, podendo cometer até injustiças com alguns setores, mas não dá para ficar de braços cruzados.

É preciso rever isso. Na BR-101, a questão da licença ambiental já foi uma tristeza. Nós tivemos que invadir o Ibama em Brasília para poder arrancar uma licença, que era furada, fria. Quando chegamos aqui não tinha o lote 26 e o lote 6. Quer dizer, a licença não valia nada. Tivemos que voltar a Brasília.

Para que se tenha uma ideia, na ponte de Cabeçadas, que é um dos gargalos da BR-101, entregaram a ordem de serviço, a empresa contratou 900 funcionários, mas foram mandados embora, porque não havia a licença para a execução da obra. Felizmente, parece que agora saiu a licença; há outra empresa trabalhando, e teremos mais três anos de obra. Então, são 15 anos para fazer os 348 quilômetros que eu fiz a pé junto com os vereadores dos municípios de Osório até Palhoça, para poder buscar esse resultado, e hoje está saindo a trancos e barrancos. Mas vão levar 14 anos, 15 anos para fazer 348 quilômetros, quando na China fizeram em dois anos 45 quilômetros sobre o mar, com cinco pistas.

Acontece que lá não há o aditivo dos 20%. E aqui, no Brasil, há o aditivo.

Precisamos encontrar outros caminhos, até porque não vamos ter sempre condição de bancar essa obra com preços elevados que chegam até a assustar. E depois temos denúncias acontecendo a todo instante, afastamento de ministros a todo instante, porque as obras demoram, tem os aditivos de 20%. Em outros lugares, como na Europa, o lucro da empresa é de 10% e não existe aditivo. Então, precisam fazer com rapidez. Na China, o lucro é de 9% e não existe aditivo; por isso, têm que executar a obra com rapidez. Aqui, a obra demora três anos, quatro anos. No lote 26, na minha região, houve 14 aditivos. Imagine o quanto a obra custou. O valor mais do que dobrou.

Essas coisas precisam parar, é preciso dar um basta. Mas vamos continuar lutando e lutando muito para buscar o resultado.

Agora, qual é a bandeira que levantamos para a realização das obras, como a 285, como a Serra do Faxinal, como a questão do processo que tenho na Polícia Federal com relação à BR-101? Estão em

andamento - algumas quase prontas e outras no pênalti para o juiz apitar e fazer o gol. Basta sair a licença ambiental.

Estou me dedicando de corpo e alma para colocar em prática a questão da licença - que já venceu e tem que buscar outra - da Interpraias que liga a estrada do mar, do Rio Grande do Sul, até Laguna. Vai ser o resgate da cidade histórica de Santa Catarina, que é Laguna, com a Interpraias. Nós vamos colocar ali dez mil, 15 mil veículos por dia. Porque a BR-101 não comporta mais o tráfego, mesmo duplicada.

Vamos fazer um grande trabalho com a Interpraias, vamos resgatar a cidade histórica, vamos até Laguna e na segunda etapa, até Garopaba.

Com isso fizemos uma ligação muito forte, desviando praticamente o tráfego de automóveis da BR-101. Acho que é uma obra importante.

O Luiz Henrique fez, pois lançou 20Km; o governador Raimundo Colombo deu continuidade, e já estão terminando de Laguna até Camacho. E tem outra parte que já estão realizando. Agora, estamos lutando para colocar R\$ 150 milhões daquela compensação dos R\$ 3 bilhões, até porque aquele é o financiamento, tem que se pagar e precisa ser uma obra que tenha retorno. E a Interpraias é retorno assegurado de grandes investimentos na região.

Vamos transformar, com a Serra do Faxinal, a cidade dos cânions, e Praia Grande, com a Serra da Rocinha. Já com a Interpraias vamos transformar num grande polo turístico a região sul do estado. Mas é preciso esses investimentos serem concluídos. E para isso vamos trabalhar no Parlamento, pedindo apoio dos parlamentares para que possamos construir uma região forte, que é o sul do estado.

A região serrana e a região do sul do estado são consideradas as duas regiões mais pobres de Santa Catarina. Então, se entrar aqui dez projetos importantes para a região serrana, quero confirmar que voto nos dez, porque merece investimento como a região sul. E não podemos nos omitir em ajudar a desenvolver as duas regiões mais pobres de Santa Catarina. Então, é preciso, sim, muito apoio do Parlamento catarinense para poder ocorrer investimentos nas regiões e ter o equilíbrio em Santa Catarina, porque quem irá ganhar é toda a sociedade.

O sul espera muito apoio deste Parlamento, que possamos buscar esse resultado e que tenhamos a geração de emprego, renda, enfim, a melhoria da qualidade de vida nessas regiões, porque esse é o grande compromisso que temos com a sociedade, pois chegamos aqui com o apoio dela e devemos dar essa resposta positiva a toda sociedade catarinense.

Por isso, não abrimos mão de lutar até buscar o...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o meu pronunciamento, hoje, na verdade é um convite que quero formular a todos os srs. deputados, sras. deputadas, a todos que nos acompanham pela TVAL, para um simpósio sobre segurança alimentar e nutricional que através da comissão de Saúde e da de Agricultura e Política Rural, desta Casa, bem como junto com várias outras entidades, como Cepagro, Conab, UFSC, CUT, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, rede de agroecologia, Ecovida, ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário. Portanto, a partir de uma proposição desta Casa será realizado um seminário que versará sobre a alimentação saudável.

A alimentação saudável esta Casa passa a abraçar como um compromisso institucional, através principalmente da nossa TVAL, para que uma campanha institucional, assim como fez em relação à adoção, também a Assembleia Legislativa de Santa Catarina adota o tema da alimentação saudável para poder bem informar e orientar a todos que nos acompanham através dos trabalhos parlamentares e da nossa TVAL.

O referido assunto é um tema que cada vez mais estará na ordem do dia, assim como faço um comparativo com a questão do tabagismo, que nos últimos anos ganhou uma dimensão mundial e em nosso país de tal monta que tivemos avanços significativos no controle e na prevenção do tabagismo. Inclusive em 2006 tivemos a realização do primeiro tratado de saúde pública do mundo, que foi a Convenção Quadro, que resultou em um acordo mundial a partir da ONU, da Organização Mundial de Saúde, com todos os países signatários junto à ONU, para poder colocar um controle mundial.

Sabemos aqui no próprio país, no nosso querido Brasil, dos avanços que tivemos nos últimos anos nessa questão do tabagismo desenfreado como era, como causas de doenças. E no começo falávamos que para cada R\$ 1,00 que o Brasil arrecada de impostos provenientes do fumo, na verdade gasta depois R\$ 2,00 para as doenças. Mas, hoje, os cálculos são outros, mostrando que a cada R\$ 1,00 que o país arrecada gasta mais do que R\$ 30,00 para poder arcar com todos os custos dos malefícios das doenças de todos os tipos causadas pelo tabagismo.

Portanto, é um ledô engano pensar apenas na economia ou nos assuntos relacionados à economia proveniente do tabagismo.

Meu querido deputado Manoel Mota, sei que v.exa. é um eterno defensor dos fumicultores, e eu também sou. Realmente, nunca poderemos desampará-los. Mas o que eles precisam é ter propostas alternativas para que possam gradativa e progressivamente migrar para outros cultivos que também têm o amparo do governo federal, do governo do estado, para que eles possam continuar alimentando suas famílias, para que possam ter segurança. E temos mais de 60 mil fumicultores em Santa Catarina, desde o nosso

sul de Araranguá até o vale do Itajaí e por outras regiões do nosso estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não, concedo o aparte.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa. e dizer que na Convenção Quadro houve a participação de muitos países, mas alguns países disseram (Estados Unidos e outros) que depois eles iriam. O Brasil assinou. E vejam se os Estados Unidos assinaram. Outros não assinaram, fizeram apenas o encaminhamento.

Segundo ponto, como é que quem tem oito ou dez hectares vai deixar de plantar fumo, se com um hectare de fumo ele fatura R\$ 14.500,00 e com um hectare de feijão ou de milho fatura R\$ 2.500,00? Então, não há como ele sobreviver com essas pequenas áreas lá na agricultura, se ele não tiver alternativas.

Hoje, por exemplo, no sul, 95% do nosso fumo é exportado, então, aqui vai sobrar bem pouquinho para ocorrer a doença. Por isso, defendendo, eu não fumo, mas defendendo os fumicultores que são peças muito importantes para a economia da região e também defendendo a sobrevivência desses homens no campo, porque senão quem tem dez hectares não sobrevive do que faz no campo e acaba vindo para a cidade. E sabemos o que vai acontecer. Então, é importante buscar alternativas para que eles possam sobreviver no campo com outro tipo de atividade, para não prejudicar a sua sobrevivência, o sustento e o estudo dos filhos no próprio campo.

Então, não sou contrário a essa tese, mas sou obrigado a defender os fumicultores até achar uma alternativa para que possam sobreviver na sua própria terra.

Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, a sua preocupação é procedente, e renovo que precisamos encontrar alternativas para a substituição de cultivo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Volnei Morastoni, quero cumprimentar v.exa., meu companheiro de caminhada nessa luta da saúde, na saúde dos consumidores, dos agricultores. E ainda há pouco comentei na tribuna sobre o bom debate que tivemos ontem, com dois ministros presentes, discutindo justamente a Convenção Quadro para o controle do tabaco e discutindo as alternativas de renda para a nossa agricultura familiar.

Deputado Manoel Mota, é importante também defender que a Epagri, por exemplo, tenha políticas sérias de reconversão produtiva, para buscar alternativas para os nossos agricultores, principalmente na agricultura orgânica, que tem uma perspectiva muito positiva. O segundo passo é que as informações que estamos ouvindo é que o governo do estado novamente prorrogou o fim da terceirização nas quatro regionais para início do ano que vem. E isso era para acontecer agora já em setembro. Então, infelizmente, se perde a oportunidade de os agricultores produzirem um produto de qualidade fornecendo alimentação escolar, deputado Volnei Morastoni.

Então, essas questões eu lamento, como também essa falta de agilidade e de projetos concretos para ajudar a nossa agricultura familiar no nosso estado.

Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Pretendíamos inicialmente realizar apenas uma audiência pública, mas depois transformamos num seminário, portanto, as atividades serão durante todo o dia, começando pela manhã, às 9h, e já na programação um café agroecológico com prosa, estendendo-se durante todo o dia. Mas vamos tirar importantes encaminhamentos, desde as políticas que queremos também no âmbito nacional, para que no âmbito estadual sejam efetivamente adotadas.

Queremos discutir aqui os alimentos agroecológicos, os alimentos orgânicos, a correlação com os agrotóxicos, que é uma preocupação muito importante, os resíduos de agrotóxicos nos alimentos, o uso indiscriminado e desenfreado, pois não temos uma política estadual de controle do uso dos próprios agrotóxicos, por exemplo, como temos no estado do Paraná um sistema já todo informatizado, então, precisamos adotar providências urgentes para a saúde dos agricultores, dos consumidores dos alimentos catarinenses.

Por outro lado, gostaria de lembrar que temos um padrão alimentar brasileiro que tem excesso de carências, excesso de carboidratos, massas, açúcares, docuras, refrigerantes, enfim, os carboidratos em geral. Assim como também existe excesso de gordura de vários tipos, inclusive gorduras trans e do sal - nós consumimos mais que o triplo do sal mínimo diariamente.

Também temos carências na alimentação de vitaminas, sais minerais, principalmente tendo como fontes as verduras, as frutas e os legumes.

Um dos principais problemas de saúde pública hoje do nosso país é a obesidade, e como decorrência da obesidade, do sedentarismo, temos inúmeras doenças, desde as várias doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, todas na forma de uma verdadeira epidemia, o câncer em todas as suas formas. E essas doenças crônicas não transmissíveis, assim classificadas, são uma verdadeira epidemia. Hoje, 72% das mortes no Brasil são decorrentes do câncer, do diabetes, das doenças cardiovasculares, das doenças respiratórias crônicas, em que a alimentação não saudável está também na base de toda essa problemática.

Sr. presidente, vamos aproveitar esta oportunidade para discutir também a publicidade sobre os alimentos. Infelizmente, há uma verdadeira, digamos assim, onda de informações e bombardeios da mídia, atingindo, principalmente, desde as crianças nas mais tenras idades, em todas as programações de televisão, mostrando alimentos apetitosos, bonitos, saborosos que sabemos que não têm nenhum valor nutritivo, que têm excessos geralmente de açúcar, de sal ou de gorduras.

Então, o outro tema que vamos abordar será sobre a publicidade nos alimentos. Mas o mais importante é que a nossa Casa, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entrará também nessa campanha institucional sobre alimentação saudável.

Por isso deixo o convite a todos aqui. Vai ser apenas um evento que dará início a uma série de outros eventos nesse grande debate sobre alimentação saudável em Santa Catarina e no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Dentro ainda do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram se pronunciar, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram se pronunciar, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaríamos, nesta manhã de hoje, dia 11, de estender aqui a nossa homenagem ao agrônomo pelo seu dia, que acontecerá amanhã, dia 12 de outubro, que é dia também da nossa padroeira, da Nossa Senhora Aparecida, que é o Dia da Criança e é também o Dia do Engenheiro Agrônomo.

Santa Catarina, que é um estado produtor de alimentos, gerador de tecnologias na área da agricultura, tem na profissão do engenheiro agrônomo, dessa categoria um dos pilares do seu desenvolvimento.

O agronegócio do Brasil e do nosso estado deve muito ao trabalho dos engenheiros agrônomos. Seja na área de pesquisa, na área de desenvolvimento, na área de extensão rural ou na produção. Muitos engenheiros agrônomos de nosso estado e do Brasil têm-se dedicado à produção de alimentos, o que tem feito de nosso país um grande produtor de alimentos em nível de mundo, o que nos tem ajudado também em nossa balança comercial.

O engenheiro agrônomo é um profissional essencial quando se fala da qualidade, da quantidade e da importância da produção de alimentos em nosso país. Hoje, a agricultura familiar ou a agricultura industrial tem muita tecnologia. Aliás, a agricultura familiar existe em Santa Catarina graças à aplicação da tecnologia na pequena propriedade, que tem aumentado muito a produtividade das nossas lavouras, na produção de animais, na área zootécnica e na agroindústria.

O engenheiro agrônomo é um profissional que atua em diversos setores, desde a área ambiental até a produção vegetal, animal e também na engenharia agrícola; é um profissional que é regulamentado. A nossa profissão é regulamentada desde 1933 pelo Decreto n. 23.196. É uma das profissões que tem a sua regulamentação mais antiga em nível de Brasil.

Por isso hoje queremos, desta tribuna, prestar a nossa homenagem, o nosso reconhecimento para essa categoria que muito tem feito pelo agricultor, pela agricultura, pela produção agrícola de Santa Catarina, desenvolvendo, acima de tudo, tecnologia através de pesquisas, difundindo conhecimento através da extensão e também na produção de alimentos.

Neste momento queremos, em nome do presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, Jorge Dotti Cesa, homenagear todos os engenheiros agrônomos do nosso estado pela passagem do seu dia, 12 de outubro.

Em nome do presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, ex-presidente do Crea, Raul Zucatto, homenagear essa categoria essencial para Santa Catarina e para o Brasil, pelo grande trabalho realizado no desenvolvimento

agrícola e na produção vegetal do Brasil e do nosso estado.

Queremos também, nesta manhã, comunicar que dia 18, na próxima quarta-feira, a partir das 9h estaremos implantando nesta Casa, através da participação da Associação dos Hospitais de Santa Catarina, da Federação dos Hospitais e Santas Casas de Santa Catarina, a frente parlamentar em defesa da saúde catarinense. É uma frente permanente que vai atuar na busca de recursos para resolver os principais problemas do nosso estado. Por isso, é importante a participação dos deputados, de lideranças que entendem que é preciso trabalhar para o fortalecimento da saúde para melhorar o financiamento da saúde.

Ontem participamos, juntamente com o deputado Volnei Morastoni e com o presidente da Associação Catarinense de Medicina, nesta Casa, de uma entrevista coletiva, quando falamos sobre a necessidade de retomar o trabalho da Emenda Constitucional n. 29, para que se obrigue, através de movimentos sociais de todo país, de uma emenda popular que possa garantir que a União coloque mais recursos na saúde, coloque 10% do seu orçamento, como foi previsto na Constituição de 1988 e que no ano passado, infelizmente, o Congresso Nacional mudou, alterou a redação do texto aprovando a emenda, mas deixando a nossa população à mercê.

O noticiário mostra o sofrimento da população dos nossos hospitais, nos atendimentos dos centros de saúde passa muito pelos investimentos do governo federal nessa área. Por isso, todos nós, brasileiros devemos nos engajar nesse trabalho, na coleta de assinaturas, para forçar o Congresso Nacional a aprovar uma emenda que garanta, que obrigue o governo federal a colocar mais recursos na saúde.

Isso é uma necessidade. E a frente parlamentar estará junto com mais de 100 organizações em nível de Brasil somando esforços na coleta de assinaturas para obrigar os nossos deputados federais, a nossa presidente da República a colocar 10% da receita corrente líquida do governo federal na saúde pública. Isso significa, srs. telespectadores, dobrar os recursos de hoje que é aproximadamente R\$ 40 bilhões a mais que teremos na saúde de Santa Catarina e do nosso país.

Por isso, quero convidar a todos para, no próximo dia 18, integrar a frente parlamentar em defesa da saúde de Santa Catarina que é mais um braço a lutar pelo fortalecimento das nossas instituições e de todos os organismos que visam a beneficiar pessoas carentes do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, estamos no mês das festas de outubro e hoje teremos a abertura da Marejada, às 19:30h em Itajaí, com a presença do governador Raimundo Colombo. São festas importantes em termos de resgate histórico, de defesa das nossas tradições culturais, mas que representam também muito para a economia do nosso estado.

Então neste mês temos a Oktoberfest, a Marejada e muitos outros eventos no estado de Santa Catarina, por isso, o momento é propício para rever os investimentos nessas áreas e fortalecer a economia do nosso estado. Tenho visto a manifestação de vários prefeitos, principalmente da serra catarinense, visando o desenvolvimento com o crescimento do turismo em seus municípios. Isso é importante! Trata-se de uma indústria sem chaminés que produz muitas riquezas para o nosso estado.

Gostaria de comungar também da manifestação do deputado Volnei Morastoni, no que se refere à produção fumageira no estado. Sou ferrenho defensor no combate ao uso do cigarro, tendo em vista os seus malefícios, e sabemos que essa é uma produção economicamente importante, mas o custo saúde para o país também é muito alto.

Temos que encontrar alternativas para que os produtores possam deixar essa atividade que, além de gerar muitos malefícios ao usuário, também prejudica o produtor. Essa atividade pode até gerar um bom lucro, mas a questão da saúde tem que estar em primeiro lugar. O ser humano trabalha muito para ganhar dinheiro e depois tem que usar esse dinheiro para tentar recuperar a saúde. Temos que encontrar alternativas!

A região oeste, por uma iniciativa do Acari Menestrina, há trinta anos vem mudando o perfil da sua produção agrícola, produzindo mais o ouro branco, o leite, pois em pequenas propriedades o produtor consegue ter uma renda familiar significativa com esse produto.

Por isso, os governantes têm que encontrar uma alternativa para que esses agricultores que produzem o fumo hoje façam uma transição para outro tipo de atividade como forma de proteção à saúde de todos, inclusive, dos próprios produtores.

Sr. presidente, assim como vários deputados fizeram, gostaria de registrar a solidificação do PSD tanto em nível estadual quanto nacional.

O nosso partido elegeu 494 prefeitos em todo o Brasil, sendo o quarto partido que mais elegeu prefeitos, e foi o partido que mais elegeu os seus representantes proporcionalmente ao número de candidatos lançados, ou seja, 45,5% dos candidatos que disputaram às eleições foram eleitos. Isso significa que o nosso partido lançou candidatos que foram aceitos pela população e que estavam, sim, com os seus programas, projetos e vidas dentro do perfil que a sociedade busca. O PSD elegeu 4.600 vereadores em todo o Brasil.

Tivemos em Santa Catarina 52 prefeitos eleitos e não poderia deixar de registrar aqui os três candidatos do PSD que vão, ainda, para a disputa no segundo turno. O deputado Jean Kuhlmann, em Blumenau; o deputado Cesar Souza, em Florianópolis; e o Kennedy Nunes, em Joinville.

O deputado Jean Kuhlmann, com o seu perfil e o seu jeito blumenauense, tem uma atuação regional e até estadual, e uma dedicação e uma preocupação muito grande com as questões de Blumenau.

Todos têm mais ou menos o mesmo perfil. Vejam, então, a semelhança com o perfil do nosso governador Raimundo Colombo.

O deputado Cesar Souza Júnior é uma pessoa carismática, atenciosa, que está sempre querendo fazer mais e buscar o melhor em prol do cidadão.

Um amigo meu de Joinville disse-me: "Eu gosto muito do Kennedy. Apesar de não conhecê-lo pessoalmente, sinto uma paz e uma

sinceridade nas suas manifestações". E nós, que o conhecemos aqui da Assembleia Legislativa, podemos dizer que é exatamente isso. O nosso eleitor, hoje, fica até preocupado quando vê no programa eleitoral alguém com boa vontade, com demonstrações de interesse em defesa da população, pelas desilusões que sofreu em muitas eleições, com muitos candidatos. E realmente essa triagem têm que acontecer e os bons têm que permanecer e trabalhar cada vez mais voltados ao desenvolvimento da população.

Mas o deputado Kennedy Nunes é aquilo mesmo que as pessoas viram: uma pessoa determinada, sincera e autêntica. E é mais um desses candidatos que deverão reforçar esse número dos prefeitos eleitos pelo nosso partido, o PSD, em nível de Santa Catarina e de Brasil.

Então, quero registrar essa força demonstrada pelo PSD, o trabalho realizado pelos seus candidatos e, principalmente, por aqueles já eleitos que trabalham em prol da população.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0283/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0298/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0167/2012, de autoria do deputado Elizeu Matos, que denomina Rodovia Dejandir Dalpasquale o trecho da rodovia estadual SC-455 que liga o município de Abdon Batista ao distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que será enviada ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0399/2012, de autoria do deputado Ciro Roza.

Comunicamos, ainda, que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s.: 0903/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; e 0904/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, deseja um bom final de semana a todos e um bom retorno às suas cidades, desejando que Deus os abençoe com muita saúde!

Encerramos a presente sessão, convocando outra, solene, para segunda-feira, às 19h, para concessão de título de Cidadão Catarinense ao sr. Euclides Reis Quaresma.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 006, de 18 de outubro de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de outubro do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.

Deputado GELSON MERÍSIO

Presidente

*** X X X ***

A T O S D A M E S A D L

ATO DA MESA Nº 045-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Valmir Comin para ausentar-se do País, no período de 11 a 20 de outubro do corrente ano, a fim de viajar aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de outubro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 046-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, no período de 17 a 20 de outubro do corrente ano, a fim de participar da reunião da União Parlamentar do Mercosul - UPM, a ser realizada em Buenos Aires, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 17 de outubro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 047-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Volnei Morastoni para ausentar-se do País, no período de 23 a 27 de outubro do corrente ano, a fim de participar como conferencista do *Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, em Lisboa, Portugal.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 17 de outubro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 048-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Dóia Guglielmi para ausentar-se do País, no período de 17 a 20 de outubro do corrente ano, a fim de participar, como Presidente da Comissão do Mercosul, de evento promovido pela UPM - União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul, a ser realizado em Buenos Aires, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 17 de outubro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 249, de 26 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1898/2011 e Comunicação Interna/CSCI nº 021/12, de 16/10/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **REGINA MAURA SANTOS SOARES**, matrícula nº 1223, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão de Coordenador, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2, do grupo de atividades de função de confiança, até o total de 100%, com eficácia financeira a contar de 1º de maio de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Republicado por Incorreção

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 632, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **LUIZ ROBERTO LOCKS**, matrícula nº 4663, da função da Função de Assessoria Técnica-Administrativa - Odontológica, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 04 de outubro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 633, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **LUIZ ROBERTO LOCKS**, matrícula nº 4663, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Chefia de Seção - Odontologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 04 de outubro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 634, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **VILMA CARDOSO**, matrícula nº 1119, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Odontológica, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 04 de outubro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 635, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **JORGE LUIZ BIELLA**, matrícula nº 1097, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de outubro de 2012 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 636, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **FERNANDO SOUZA**, matrícula nº 1236, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de outubro de 2012 (Deputado Cesar Souza Junior).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 637, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **ADRIANO RIBEIRO CARGNIN**, matrícula nº 2154, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de outubro de 2012 (CGP - Coordenadoria de Biblioteca).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 638, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2710/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR ao servidor **LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO**, matrícula nº 6348, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 01 de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 639, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2726/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR ao servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 01 de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 640, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1837/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, matrícula nº 1098, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 100% (cem por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 770/92, de 10/07/1992, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefia de Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 641, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1653/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **FERNANDO ANTONIO RUSSI**, matrícula nº 0705, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 100% (cem por cento), incluindo percentual já agregado pelas Resoluções nº 1048, de 23/07/1987 e nº 1379, de 03/11/1993, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria técnica-administrativa - Fiscalização de Contratos e Materiais, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 642, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1533/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA APARECIDA ORSI**, matrícula nº 2084, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 92,50% (noventa e dois vírgula cinquenta por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, PL/DAS-6 e 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento) do valor correspondente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, totalizando 100%(cem por cento), com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria técnica-administrativa - Revisor Taquigráfico, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 643, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1193/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor

CÉLIO TEODORO DIAS, matrícula nº 1453, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 100% (cem por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1218/91, de 13/06/1991, com eficácia financeira a partir do Ato de dispensa da Função de Confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria técnica-administrativa - Distribuição, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 644, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1531/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor

ELIAS BRUNO STEINBACH, matrícula nº 1622, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 46,67% (quarenta e seis

vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 100% (cem por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 897/91, de 02/05/1991, com eficácia financeira a partir do Ato de dispensa da Função de Confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria técnica-administrativa - Apoio Técnico de Sonorização, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 645, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO os Atos da Mesa nº 437, de 08 de dezembro de 2011 e nº 466, de 26 de julho de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 646, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

REVOGAR A LICENÇA para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 2012, concedida por meio do Ato de Mesa Nº 399/2012 ao servidor **JOENIO PIRES**, matrícula nº 1304, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com efeitos a contar de 03 de agosto de 2012, **tornando sem efeito** o Ato de Mesa Nº 490/2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 647, de 18 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2695/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da EC nº 47 c/c § 19 do art.40 da Constituição Federal, acrescentado pelo art. 1º da EC nº 41/03*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **CARLOS CESAR DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1087, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, a contar de 26 de setembro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia sete de agosto do ano de dois mil e doze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima primeira reunião ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Sílvio Dreveck, Manoel Mota e Sandro Silva. Colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0221.1/12, Relatora Deputada Angela Albino; 0239.0/12, Relator Deputado Jorge Teixeira - com emenda modificativa, e os Ofícios nºs 0082.4/12 - Relatora Deputada Angela Albino - parecer pelo Diligenciamento; 0224.0/12, Relatora Deputada Angela Albino; 0238.6/12, Relatora Deputada Angela Albino - parecer pelo Diligenciamento; 0250.2/12, Relatora Deputada Angela Albino - parecer pelo Diligenciamento; 0253.5/12, Relator Deputado Sandro Silva; 0274.0/12, Relator Deputado Sandro Silva; 0319.6/12, Relator Deputado

Sandro Silva; 0328.7/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0329.8/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0338.9/12, Relator Deputado Sandro Silva - parecer pelo Diligenciamento; 0341.4/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0345.8/12, Relatora Deputada Angela Albino; 0346.9/12, Relator Deputado Sandro Silva; 0347.0/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0354.9/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0356.0/12, Relator Deputado Sandro Silva; 0363.0/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0381.1/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0393.5/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0435.9/12, Relator Deputado Jorge Teixeira; 0445.0/12; Relator Deputado Jorge Teixeira. Todos com pareceres aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, 07 de agosto de 2012.

Deputado Elizeu Mattos

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FOTOGRAFIA, VÍDEO, GERAÇÃO DE IMAGENS E CRIAÇÃO DE VT'S DE BREAK PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ALESC.

DATA: 29/10/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 29 de outubro de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 17 de outubro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenadora de Licitações
*** X X X ***

EXTRATOS**RERRATIFICAÇÃO****EXTRATO Nº 299/2011**

Diante de lapso de secretaria, rerratifica-se o Extrato CL nº 299/2011, conforme segue:

EXTRATO Nº 299/2011

REFERENTE: 1º Termo Aditivo de 21/12/2011, referente ao Contrato CL nº 007/2011-00, celebrado em 01/01/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: A. Alemax Assistência Técnica Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 040/2009-00 pelo período compreendido entre 01/01/2012 e 31/12/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Item 5.2 da Cláusula Quinta do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 17 de outubro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Josiel Rodrigues da Silva - Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 144/2012

REFERENTE: 15º Termo Aditivo de 01/10/2012, referente ao Contrato CL nº 009/2010, celebrado em 02/02/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicações Ltda-Me

OBJETO: Alteração quantitativa do objeto original, acrescentando 01 (uma) assinatura da Revista "Veja" e 01 (uma) assinatura da Revista "Carta Capital", que reduziu um acréscimo mensal de R\$ 80,96, passou o valor mensal de R\$ 14.575,34 para 14.656,30.

VIGÊNCIA: 01/10/2012 a 31/12/2012

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e § 1º, combinados com os arts. 57, IV e 58, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 18 de outubro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Rosely Munch- Indobel Ltda-Me

*** X X X ***

EXTRATO Nº 145/2012

REFERENTE: 02º Termo Aditivo de 28/09/2012, referente ao Contrato CL nº 053/2010, celebrado em 30/09/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Prodoctor Comércio de Equipamentos Odontológicos e Serviços Ltda.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 053/2010-00 pelo período compreendido entre 01/10/2012 e 30/09/2013.

VIGÊNCIA: 01/10/2012 a 30/09/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Item 4.3 da Cláusula Quarta do Contrato original; Autorização administrativa.

Florianópolis, 18 de outubro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Afonso dos Santos- Sócio Administrador

*** X X X ***

OFÍCIO**OFÍCIO Nº 639/12**

Ofício nº 032/2012 Blumenau - SC, 05 de outubro de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Assistencial Lar Betânia**, de Blumenau referente ao exercício de 2011.

Samuel Antonio Lemos
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/12

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2439, de 18 de outubro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **VILSON ELIAS VIEIRA**, matrícula nº 1111, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia - Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ GONZAGA DE LIMA, que se encontra em fruição de Licença Prêmio, a contar de 15/10/12 até 13/12/12 (DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2440, de 18 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 09 de outubro de 2012.

Gab. Dep. Antônio Aguiar

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5500	USSIEL CUNDINHO FERNADES DIAS	PORTO UNIÃO

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2441, de 18 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**, matrícula nº 6911, na Diretoria Geral - Assessoria Permanente de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Institucionais, a contar de 17 de outubro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2442, de 18 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Niraci Chiminelli	1671	3%	36%	29/09/12	2753/2012
Odícélia H. Nascimento Moura	2107	3%	27%	02/10/12	2754/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 325.8/12

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores (APP) da Escola de Educação Básica Gama Rosa no município de São Pedro de Alcântara/SC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Professores (APP) da Escola de Educação Básica Gama Rosa, com sede no município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Florianópolis, de 17 de outubro de 2012.

Edison Andrino

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/12

JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Professores (APP) da Escola de Educação Básica Gama Rosa é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos que tem como finalidade promover a integração Escola-Comunidade, em termos de conjugação de esforços, articulação de objetivos e harmonia de procedimentos.

Possui como finalidades promover a aproximação e cooperação dos membros da comunidade visando maior envolvimento com as atividades escolares, e a integração dos associados da APP com as atividades comunitárias, estimulando a transformação da Unidade Escolar em centro de Integração e Desenvolvimento Comunitário.

Tem como objetivos promover na Unidade Escolar em cooperação com outras entidades, cursos, campanhas e atividades educacionais, sociais, culturais e desportivas, e principalmente contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais, responsáveis legais, corpo docente, discente e administrativo.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção da educação e cultura no município de São Pedro de Alcântara, ressaltando a importância da integração da escola com a comunidade.

Deputado Edison Andrino

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 326.9/12

Dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo "alto-falante" dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal, e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo "alto-falante" dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Aplicam-se as disposições desta Lei aos aparelhos de telefonia celular e similares que disponham de sistema de amplificação de som.

§ 2º Excluem-se das disposições previstas nesta Lei:

I - a utilização silenciosa de tocadores de áudio e outros equipamentos similares; e

II - a reprodução de música leve e em volume baixo, no sistema de som dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal.

Art. 2º É obrigatória a afixação, por parte da concessionária ou permissionária do sistema de transporte coletivo intermunicipal, em tamanho visível, no interior de todos os veículos, de sinalização adequada e avisos a respeito da proibição estabelecida no art. 1º.

Art. 3º O descumprimento desta Lei implicará nas seguintes penalidades ao infrator:

I - advertência verbal e solicitação para que o passageiro desligue o aparelho sonoro;

II - desembarque compulsório pelo condutor; e

III - em caso de recusa, multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), devendo este valor ser reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. A multa aplicada a menores de idade será encaminhada aos pais ou responsáveis.

Art. 4º As concessionárias e permissionárias do sistema de transporte coletivo intermunicipal ficam responsáveis pela fiscalização da aplicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º As empresas a que se refere esta Lei terão noventa dias, a contar da regulamentação, para se adaptarem às suas disposições

Parágrafo único. Transcorrido o prazo referido no *caput*, as concessionárias ou permissionárias do sistema de transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a afixar cartazes educativos no interior de todos os veículos, por noventa dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões,

Deputado Sandro Silva

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/12

JUSTIFICATIVA

A ampliação do controle de emissão de ruídos destina-se a garantir o sossego e o bem-estar da coletividade.

Ademais, o que anteriormente era questão de educação hoje é de saúde pública, tendo em vista o comportamento usual da utilização inadequada de equipamentos sonoros em locais públicos.

O desrespeito ao cidadão é tão frequente que chega a ser endêmico em muitas cidades e Estados brasileiros.

A disciplina legal da questão é medida que se impõe, sendo que cidades de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como outros Estados como o Espírito Santo, já adotaram medidas neste sentido.

A matéria envolvida comporta disciplina sob dois enfoques, quais sejam, o da saúde pública, cujas competências administrativa e legislativa são comuns para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal (arts. 23, inciso II e 24, XII, da Constituição Federal), bem como o da relação de consumo, tendo em vista que há clara incidência do Código de Defesa do Consumidor, cuja aplicabilidade às permissionárias e concessionárias decorre de disposição expressa do Código, comportando também uma análise consumerista, segundo a qual a competência para legislar também é concorrente para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal (art. 24, inciso V, da Constituição Federal).

Da mesma forma, a matéria não se encontra arrolada dentre aquelas cuja iniciativa é privativa do chefe do Poder Executivo, a teor do § 2º do art. 50 da Constituição Estadual, não havendo óbice de ordem constitucional quanto à edição de lei no âmbito do Estado de Santa Catarina, merecendo a proposição, portanto, o acolhimento dos nobres Deputados.

Deputado Sandro Silva

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 327.0/12

Dispõe sobre a expedição de carteira de identidade aos portadores de deficiência visual no estado de Santa Catarina.

Art. 1º A expedição das Carteiras de Identidade poderão conter fotos com óculos, com a frase impressa: Deficiente Visual.

Art. 2º Os interessados deverão requerer a identidade com fotos portando óculos e comprovar, via atestado médico, a deficiência visual.

Art. 3º A Secretaria de Segurança Pública, Instituto Estadual de Identificação, poderá manter em seus cadastros a foto original, sem óculos.

Parágrafo único - As medidas das lentes, que poderão ser escuras, não poderão ser superiores à 6,5cm x 4cm.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jailson Lima
1º Secretário/ALESC

Lido no Expediente
Sessão de 17/10/12

JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras Parlamentares, somos procurados por deficientes visuais que reclamam pela exposição, em muitos casos de estética indesejadas, da deficiência nos olhos causando-lhes constrangimentos na apresentação da Carteira de Identidade.

Desta forma, o escopo do projeto é criar um mecanismo de defesa aos deficientes visuais, permitindo o uso dos óculos nas fotos da carteira de identificação, com medidas de 4cm x 6,5cm.

A Lei Federal nº 7.116 de 29 de agosto de 1983, assegura validade nacional as Carteiras de Identidade e regula sua expedição. A Carteira de Identidade emitida por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios tem fé pública e validade em todo o território nacional.

A Constituição Federal, Artigo 24: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

A aprovação da proposição apresentada regulamenta o desejo dos portadores de deficiência a dignidade e a esperança de diminuição de indesejados constrangimentos.

Diante do exposto, solicito apoio dos nobres Parlamentares em prol dos nossos deficientes visuais.

Sala de Sessões,
Deputado Jailson Lima
1º Secretário/ALESC

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 328.0/12

Denomina "1º Ten. Pedro Augusto Gimenez Coste" o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar localizado no município de Rio Negrinho.

Art. 1º Fica denominado "1º Ten. Pedro Augusto Gimenez Coste" o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar localizado no município de Rio Negrinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
SILVIO DREVECK
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 17/10/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei que denomina "1º Ten. Pedro Augusto Gimenez Coste" o 2º Pelotão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar localizado no município de Rio Negrinho.

Nascido no município de Ribeirão Preto em São Paulo, concluiu seus estudos e veio para Santa Catarina em 2005 após ser aprovado no concurso para Oficial do Corpo de Bombeiros. Dono de uma reputação exemplar sempre foi motivo de orgulho para seus familiares e seu maior desejo era se dedicar integralmente a carreira de Bombeiro Militar. Após concluir seu curso de formação de Oficiais foi lotado no 7º Batalhão em Itajaí até janeiro de 2009, período que participou nas ações de resgate do desastre causado pela enchente em novembro de 2008.

Em janeiro de 2009 foi transferido para o 9º Batalhão de Bombeiros Militar de Rio Negrinho. Mesmo em sua curta carreira realizou inúmeros outros cursos especializados, onde, com muita responsabilidade e competência deu início a uma transformação em sua carreira. Em Janeiro de 2010 assumiu o comando do Pelotão de Bombeiros Militar de Rio Negrinho. Além de comandar este Pelotão exercia função de subcomandante da Companhia de São Bento do Sul; Comandante da Força Tarefa do 9º Batalhão de Bombeiros Militar; Coordenador da Fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) da área do 9º BPM; Coordenador do Centro Formação de Combate a Incêndios Florestais de Rio Negrinho, e Instrutor de Atendimento Pré-hospitalar e Instrutor de Combate a Incêndio Florestais.

Além dessas funções na área do Batalhão, cumpria com primor inúmeras outras funções na subárea da Companhia, como Coordenação das Vistorias Regionais de prevenção contra sinistros.

Registre-se o fato que o 1º Ten. Pedro Augusto Gimenez Coste tinha enorme orgulho em ser Bombeiro Militar e que se dizia completamente realizado profissionalmente e muito feliz.

O homenageado faleceu precocemente dia 06 de julho deste ano de 2012, vítima de acidente de carro. Sem dúvida, foi um cidadão

que muito contribuiu com seu brilhante desempenho sendo exemplo a todos os profissionais militares com quem trabalhou com sua postura de companheiro amigo e excelente profissional.

Assim, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso cidadão.

Deputado Silvio Dreveck

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 0329.1/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Parque Mariane Jardim Marias, com sede no município de São Bento do Sul/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública à Associação de Moradores do Parque Mariane Jardim Marias, com sede no município de São Bento do Sul/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente
Sessão de 17/10/12

JUSTIFICATIVA

Na forma preconizada pela Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, que "Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual", as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam, no âmbito do Estado, atividades de interesse coletivo, poderão ser declaradas de utilidade pública com o fito de usufruir todos os direitos e vantagens legais inerentes à titulação requerida.

Com efeito, a Associação de Moradores do Parque Mariane - Jardim Marias de São Bento do Sul é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo articular a comunidade em suas reivindicações, promovendo a participação dos moradores na conquista de melhores condições de vida.

Diante do exposto, apresento o presente projeto de lei esperando contar com a aprovação dos nobres Parlamentares.

Deputado Silvio Dreveck

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0330.5/2012

Institui a Semana Estadual de Doação de Leite Humano, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Doação de Leite Humano, no Estado de Santa Catarina, a ser comemorada na semana do dia 19 de maio, com a finalidade de conscientização e promoção de iniciativas visando ao aumento de doação de leite materno e abastecimento dos Bancos de Leite.

Art. 2º Na semana a que se refere esta Lei serão realizadas campanhas, debates e reflexões sobre o tema, nas comunidades em que estão inseridos os Bancos de Leite Humano.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 18/10/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de Doação de Leite Humano, no Estado de Santa Catarina.

O presente projeto de lei tem por objetivo inovar e avançar, criando mais um fator de proteção à vida.

O leite materno é o alimento ideal para as crianças pequenas e sua utilização, especialmente nos países em desenvolvimento, está relacionada a uma redução da desnutrição e da mortalidade infantil. Os Bancos de Leite Humano, mais do que simples fornecedores de leite materno, são elementos importantes e estratégicos da política em favor da amamentação.

O Brasil é país referência em Doação de Leite Humano, destacando-se a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano - REDEBLH-BR, que, a partir de uma articulação bem sucedida entre política de saúde e integração interinstitucional, e da implementação do controle de qualidade, tanto físico-químico como bacteriológico, garante

atendimento de excelência e a distribuição de um produto seguro para as mães e seus recém-nascidos.

O Brasil tem a maior e mais qualificada rede de banco de leite humano do mundo inteiro, formada por 212 bancos e 110 postos de coleta no País.

Os países da Ibero-América estão em movimento para ter um 'Dia Mundial de Doação de Leite Humano', e a proposta é que seja comemorado em 19 de maio. É um momento para cada banco de leite humano mostrar o trabalho que desenvolve e como a doação de leite humano pode contribuir para salvar a vida de milhares de bebês prematuros.

Deste modo, a aprovação deste projeto criará, por assim dizer, um fator maior de segurança quanto à proteção do bem maior da sociedade - a vida.

Nesse sentido, essa proposição é de suma importância, e, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação.

Deputado Nilson Gonçalves

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 331.6/12

Torna obrigatória a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para pessoas com deficiência física nas praças de alimentação dos *shoppings centers* comerciais, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os *shoppings centers* estabelecidos no Estado de Santa Catarina deverão destinar, no mínimo, cinco por cento de mesas e cadeiras existentes em suas praças de alimentação para uso exclusivo de pessoas com deficiência.

Parágrafo único. Os lugares reservados para o cumprimento do disposto nesta Lei deverão ser identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

Art. 2º Os estabelecimentos alcançados pela presente Lei deverão adaptar-se para o acesso e uso por usuários de cadeiras de rodas.

§ 1º A adaptação referida no *caput* consubstancia-se na instalação de rampas ou de elevadores e de portas cuja largura comporte a passagem de cadeiras de rodas.

§ 2º Estarão desobrigados do cumprimento desta lei, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos que apresentarem laudo técnico firmado por profissional habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos nesta Lei, devendo o laudo estar disponível aos usuários.

Art. 3º É concedido o prazo de noventa dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no *caput* do art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas nesta Lei.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no *caput*, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta Lei sujeitos às seguintes penalidades:

I- advertência por escrito, na primeira autuação; e

II- multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 4º Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 18/10/12

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa à obrigatoriedade da reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para deficientes nas praças de alimentação dos *shoppings centers* comerciais, no âmbito estadual.

Como forma de garantir uma sociedade mais livre, justa e solidária, as políticas de inclusão social tem objetivado criar maiores e melhores condições de autonomia às pessoas com deficiência.

Salvo melhor juízo, hoje as praças de alimentação dos *shoppings centers* comerciais não oferecem mesas reservadas exclusivamente aos deficientes, o que, muitas vezes, os impossibilita de usufruírem desse espaço, já que não estão aptos a passarem elevado tempo à espera de uma mesa.

Portanto, este Projeto de Lei vai ao encontro das necessidades dos deficientes, que têm o desejo de frequentar esses ambientes e viver em sociedade, mesmo tendo dificuldade de mobilidade.

Desta forma, diante da situação fática apontada e buscando promover a integração à vida comunitária e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência, trago o presente Projeto de Lei à consideração deste Parlamento, contando com a subsequente aprovação colegiada.

Deputado Serafim Venzon

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 332.7/12

Altera a Lei nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002 (denominação de bens públicos).

Art. 1º Acrescenta os artigos 1-A e 1-B na Lei nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002, com a seguinte redação:

Art. 1-A Fica proibida a denominação de bens públicos de qualquer natureza pertencente ao Estado ou a pessoas jurídicas da Administração Indireta com nomes de pessoas que tenham praticado ou sido historicamente consideradas como participantes de atos de lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos.

Parágrafo único - Sem prejuízo das outras condicionantes já existentes nesta Lei, os Projetos de Lei que visarem dar a denominação aos bens públicos citados no caput deste artigo, dependerão, obrigatoriamente, de deliberação da Comissão Permanente da Assembleia Legislativa que tratar da temática Direitos Humanos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de outubro de 2012.

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 18/10/12

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem por objetivo alterar a Lei Estadual nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002 (denominação de bens públicos), criando o artigo 1-A e seu parágrafo único.

Seguindo a tendência mundial de recuperar a memória histórica dos fatos ocorridos durante os períodos de repressão militar, em especial ocorridos na segunda metade do século passado, países como Espanha, Chile e Argentina - vitimados por regimes ditatoriais que abalaram a sociedade e provocaram marcas permanentes em sua história - têm adotado medidas de repulsa às homenagens de torturadores e violadores de direitos humanos, estampadas em prédios e repartições públicas com denominações, estátuas e placas enaltecidas de seus "feitos".

Como exemplo, anote-se que a "Ley de Memoria Historica" espanhola determinou a eliminação, em todo o território daquele País, de placas, conjuntos escultóricos e denominações de prédios de referências a personalidades que, durante o período de regime militar agiram, com violência e brutalidade a cidadãos, em frontal violação de direitos humanos.

Recentemente, o Brasil aprovou os esforços da sociedade que culminaram com o Programa Nacional de Direito Humanos - PNDH-3, consubstanciado no Decreto Federal nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.

Em referido documento - diretriz 25, objetivo estratégico I, ação programática "c" - ficou asseverada a preocupação na propositura de legislação, de abrangência nacional, que proibisse a denominação de prédios e logradouros públicos com nomes de pessoas que tenham praticado crimes de lesa-humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos.

Recentemente, a Presidenta Dilma Rousseff, seguindo a Lei aprovada e sancionada, nomeou a Comissão Nacional da Verdade.

Vários Estados já criaram suas Comissões Estaduais e firmaram acordos de colaboração com a Comissão Nacional. Em Santa Catarina, tramita na ALESC um projeto para criar aqui também a Comissão Estadual da Verdade.

Nossa proposta não tem como objetivo alterar o que já recebeu denominação, mas sim que doravante os bens públicos estaduais tenham mais esse critério para novas denominações.

Este Estado, de forma a minimizar os danos causados aos cidadãos diretamente vitimados pelo regime de exceção, confere e garante a reparação material, conforme dispõe a Lei 10.726, de 09 de janeiro de 2001. Por meio desta iniciativa, busca-se assegurar que a realidade histórica seja preservada e resgatada em sua integralidade, excluindo denominações heróicas àqueles que não o foram -

ao contrário, com suas ações, além das violações e agressões individuais, permitiram o atraso na construção dos direitos humanos no Brasil.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputada Luciane Carminatti

*** X X X ***